

CARLOS CABANAS DE CAMPOS CORTEZ FILHO

**ESCOLHAS E CONSEQUÊNCIAS DA AÇÃO HUMANA: UMA
HERMENÊUTICA DE AP. 6:1-8.**

Recife/2018

CARLOS CABANAS DE CAMPOS CORTEZ FILHO

**ESCOLHAS E CONSEQUÊNCIAS DA AÇÃO HUMANA: UMA
HERMENÊUTICA DE AP. 6:1-8.**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Teologia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Área de concentração: Teologia Sistemático-pastoral.

Linha de pesquisa: Literatura bíblica e teológica: interpretações.

Área de conhecimento: Ciências humanas.

Orientadora: Profa. Dra. Aíla Pinheiro de Andrade.

Recife/2018

CARLOS CABANAS DE CAMPOS CORTEZ FILHO

**ESCOLHAS E CONSEQUÊNCIAS DA AÇÃO HUMANA: UMA
HERMENÊUTICA DE AP. 6:1-8.**

Dissertação **aprovada** como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Teologia, na Universidade Católica de Pernambuco, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dra. : Aíla Pinheiro de Andrade (UNICAP - Orientadora)

Prof. Dr. Sergio Sezino Douets Vasconcelos (UNICAP - Examinador interno)

Prof. Dr. Atelmo Ferreira de Oliveira (UFRN - Examinador externo)

Recife/2018

AGRADECIMENTOS

Ao Criador, o Eterno pelo seu amor e por seu favor dispensado a mim em todos os momentos, pois toda a minha energia provém dele.

À minha esposa Edilma, principal motor humano propulsor desse trabalho, a qual dedicou com amor todo seu empenho a meu serviço.

Aos meus filhos Tathianne, Cabanas Neto, Haila, Nicolis os quais são inspirações para mim.

A minha orientadora Profa. Dr^a. Aíla Pinheiro de Andrade, por quem eu tenho muito apreço e respeito, pela gentileza e contribuição significativa para a elaboração da pesquisa, pela paciência e, sobretudo, pela capacidade de organização do conhecimento.

Ao Prof. Dr. Pastor Atelmo Ferreira com quem tenho orgulhosamente a satisfação de dividir o púlpito das Igrejas o qual também foi uma completa inspiração para iniciar e concluir esse curso.

Ao meu amigo Paiva e sua esposa Cleide pela hospedagem em seu lar, pelas trocas de conhecimento, pelo carinho e incentivo para realização deste trabalho.

À Igreja Batista do Jiqui e a Igreja Batista Palavra Viva, as quais eu tenho pleno gozo de ser o pastor desses irmãos.

RESUMO

Este trabalho enfatiza a liberdade das escolhas e consequências das ações humanas, fazendo uma abordagem hermenêutica dos juízos apocalípticos registrados no livro da revelação escrito por João, especificamente em Ap. 6:1-8. No livro do Apocalipse, figuram quatro personagens comumente conhecidos como os quatro cavaleiros do Apocalipse, montados em cavalos de cores diversas, como sendo responsáveis pela execução dos juízos advindos da abertura dos selos pelo cordeiro. No desenvolvimento da análise, aplicam-se os pensamentos de alguns autores da patrística e autores contemporâneos que abordam a liberdade humana de escolha como responsável por castigos advindos sobre a humanidade. Esta pesquisa pretende analisar o texto em questão, relacionado a outros do Antigo Testamento, as características dos cavalos e cavaleiros presentes, cores, ornamentos e missões. Conclui-se que o oráculo divino pós-diluviano promete não mais castigar a terra, visto que a maldade intrínseca no coração do homem e as diretrizes inversas das divinas nas suas escolhas norteiam a destruição da humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Apocalipse; cavalo e cavaleiro; juízos; Cordeiro de Deus; oráculo.

ABSTRACT

This work emphasizes the freedom of choices and consequences of human actions and makes a hermeneutic approach to apocalyptic judgments recorded in the book of revelation written by John, specifically in Revelation 6: 1-8, where there are four characters, commonly known as the four knights of apocalypse, mounted on horses of various colors, as being apparently responsible for the execution of such judgments arising from the opening of the seals by the lamb, in hermeneutics. In the development of this analysis we seek the encounter of the thoughts of some authors of the patristic and contemporary approaching the freedom of human choice as responsible for punishments on humanity. This research intends to analyze the text in question related to others of the Old Testament, the characteristics of the horses and knights present, their colors, ornaments and missions. Concluding that the post-Diluvian divine oracle promises to no longer punish the earth, since the intrinsic evil in the heart of man and the divine directives of his choices guide the destruction of mankind

KEYWORDS: Apocalypse, Horse and Rider, Judgments, Lamb of God, Oracle

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 OS ORÁCULOS OFERTAVAM ESCOLHAS	10
1.1 A CONSTITUIÇÃO DO HOMEM	14
1.2 A NATUREZA HUMANA RESPONSÁVEL PELA ESCOLHA.....	15
1.3 AS MENSAGENS PROFÉTICAS E APOCALÍPTICAS RESPONSABILIZAM AS ESCOLHAS	23
1.3.1 A origem das mensagens proféticas:.....	22
1.3.2. A literatura apocalíptica	23
1.3.3. O Apocalipse e a literatura apocalíptica	24
1.3.4. As escolhas prefiguram como diferença entre a profecia e a literatura apocalíptica.....	26
1.4 O APOCALIPSE E A CONTEMPORANEIDADE DO SEU ESCRITOR	27
1.4.1. Evidências quanto à autoria de João, o apóstolo.....	27
1.4.2. Autoria de João, o ancião	28
1.4.3. Autoria de João, o vidente.....	30
1.4.4. O Apocalipse e a Escola Joanina	30
1.4.5. Dependência literária do Apocalipse	32
1.5 A MENSAGEM DO APOCALÍPTICO E SEU CONTEXTO HISTÓRICO	33
1.5.1. A data em que foi escrito o Apocalipse	33
1.5.2. O lugar em que foi escrito o Apocalipse	37
1.5.3. O propósito do livro do Apocalipse	38
1.6 OS ORÁCULOS E O APOCALIPSE.....	39
2 ANÁLISE DO TEXTO	40
2.1 CONSEQUÊNCIAS DA AÇÃO HUMANA DO TEXTO EM AP. 6.1-8.....	41
2.2 OS ORÁCULOS E A OPRESSÃO NO APOCALIPSE	43
2.3 OS QUATROS SELOS.....	49
2.3.1 Primeiro selo (o cavalo branco)	51
2.3.2 O segundo selo (o cavalo vermelho)	53
2.3.3 O terceiro selo (o cavalo preto)	55
2.3.4 O quarto selo (o cavalo esverdeado)	56
2.4 OPORTUNIDADES DE ESCOLHAS	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	644

INTRODUÇÃO

A fuga humana da responsabilidade por seus atos tem norteado diversas interpretações bíblicas sobre a Lei da Semeadura prevista nos oráculos divinos e sobre os juízos advindos das escolhas humanas. Os solos paliativos são fertilizados constantemente a fim de aliviar tais juízos. Para tanto, flexibilizam-se textos bíblicos que preveem consequências negativas para ações que contraponham o querer divino. Mesmo que alguns profetas do Antigo Testamento por meio dos seus escritos tenham sido categóricos quanto à Lei da Semeadura, parece haver uma tentativa de aliviar a culpa humana pelos erros praticados. Isso tem formado paradigmas que induzem as muitas transformações sociais.

Os textos bíblicos não remetem apenas às consequências dos atos humanos vindouros. Os livros proféticos direcionam os seus leitores a uma análise das suas vidas presentes, e a literatura apocalíptica não é limitada a previsões futuras. O texto do Ap. 6:1-8 traz uma perspectiva de entendimento quanto aos juízos colhidos pela humanidade ao longo da sua existência nesta dimensão. No entanto, tem recebido interpretações diversas.

As teologias protestantes enveredam pelo caminho dispensacionalista¹, dando reponsabilidade aos homens em cada momento dos pactos divino-humanos, e dividem as suas interpretações em preteristas, historicistas, futuristas e idealistas. Porém, quanto ao livro do Apocalipse, em geral as leituras prezam por serem futuristas, enquanto o catolicismo preza pelo preterismo.

Na ótica preterista, os enunciados apocalípticos tiveram cumprimento em tempos remotos ao escritor ou foram dele contemporâneos. Os historicistas costumam traçar paralelos e dividem os factos bíblicos em períodos históricos, tanto antes como depois do autor. Os futuristas, geralmente, colocam o cumprimento dos enunciados para um além do autor.

Nos tempos atuais, os textos bíblicos apocalípticos ganharam dimensões fora das fronteiras cristãs. O mundo cinematográfico tem-se apossado desse solo e a indústria midiática descobriu um verdadeiro filão lucrativo, inclusive com variações de entendimento de quem é realmente responsável pelos atos humanos, exibindo muitas vezes uma ótica sociológica quanto à formação do homem inserido num contexto social, identificando-o como vítima da própria sociedade, transferindo a responsabilidade dos seus atos para a coletividade. Assim, apresentam uma variação quanto à identidade dos algozes coercitivos do cumprimento

¹ O Dispensacionalismo é um sistema teológico protestante que apresenta três distinções básicas: (1) uma interpretação consistentemente literal das Escrituras, em particular da profecia bíblica; (2) a distinção entre Israel e a Igreja no programa de Deus; e (3) a crença de que o propósito de Deus para a história do mundo é a glória de Deus (VLACH, 2011, p. 25).

dos juízos previstos e os verdadeiros carrascos executores dos juízos.

A negligência das responsabilidades humanas tem a sua origem edênica. No paraíso, homem e mulher transferiram as suas culpas para um terceiro elemento, identificado como um ser sobre-humano que influenciou a depravação humana, mesmo que o Criador não tenha isentado nem um nem outro das consequências da sua desobediência. O pensamento ocidental vem subtraindo a culpa humana individual, afetando, de certa forma, a análise dos textos bíblicos, os quais exigem dos homens padrões de comportamento que valoram a obediência aos mandamentos bíblicos, em detrimento de ritos que possam amenizar os juízos colhidos por ações agressivas, oportunistas e individualistas.

Esta pesquisa presta-se à análise da problemática do texto do Ap. 6:1-8 a partir dos referenciais teóricos sobre as características de cada um dos emissários dos presságios de origem divina ou humana. Analisam-se também as cores dos cavalos, ornamentações, objetos e missões específicas, com o fim de elucidar quem são os cavalos e cavaleiros que atuam como executores dos juízos remetidos à terra e apresentados em forma de selos.

No Capítulo I desta dissertação, as análises realizadas apresentam o processo de responsabilidade humana sobre os seus atos, modificados ao longo dos períodos históricos, inseridos nos pactos realizados entre Deus e o homem desde o Éden até aos dias atuais, perpassando com ênfase pelo período bíblico do texto joanino do Apocalipse, adentrando a modernidade e a pós-modernidade. Nessa secção, é apresentada a visão de vários autores que abordam o assunto. Entretanto, elucidam-se as condições interpretativas latentes a cada período mencionado. Na sequência, seguindo a ótica da teologia cristã, adota-se uma abordagem hermenêutica dos textos considerados canônicos, ou seja, partes do Antigo e do Novo Testamentos, para interpretar a própria Escritura. Mesmo que o comportamento em relação à culpa tenha galgado alguma modificação com o tempo, os autores pautam a responsabilidade humana diante dos atos praticados em todos os períodos históricos.

No Capítulo II, a abordagem é específica às nuances interpretativas do texto. Dialoga-se com outros textos bíblicos, os quais elucidam a complexidade formulada. O diálogo entre o texto em análise e os teóricos é referendado pela própria Escritura. Abre-se um leque salutar para a compreensão da literatura apocalíptica e a diferenciação do Apocalipse. A partir deste livro das Escrituras, pode-se observar que a sua linguagem continua bastante atual devido à utilização de textos desvelados e com uso de simbologia com o fim de facilitar a compreensão para uns e ofuscar para outros a mensagem que se pretende comunicar. Não havendo como se eximir do momento histórico para aclarar a mensagem do Apocalipse, é dispensada ao leitor a historicidade do domínio romano no momento exercido na pessoa do imperador Domiciano.

Interessa observar o diálogo entre os teóricos, o qual se norteia pelo parâmetro bíblico desde autores da patrística até alguns da atualidade. À guisa de ilustração, citam-se alguns autores que compõem o referencial teórico desta dissertação: Ireneu, Suetônio, Agostinho, Carlos Mesters e Orofino, Champlin, Aila Pinheiro de Andrade, Adolf Pohl, Bortolini, Arens e Mateos, Osborne, Strong, Geisler e outros. Deve-se atentar para a problemática da identificação do cavaleiro do primeiro cavalo branco. Em geral, a variação é polarizada para os intérpretes futuristas, ficando entre Jesus e o anticristo. O desvelamento desta figura induz ao entendimento de um carrasco externo e sobrenatural e torna-o responsável para efetuar o castigo destinado aos homens.

A pesquisa certamente não esgota a interpretação do texto do Ap. 6:1-8, que trata dos juízos advindos dos céus ou tão-somente da permissão deste sobre os homens, representados pela abertura de quatro selos. Não obstante as várias possibilidades interpretativas do texto mencionado, o autor desta dissertação restringe-se a analisar os apontamentos de escritores patrísticos e seculares que se alinham com uma abordagem hermenêutica fiel às Escrituras, com o desígnio de conduzir os homens a uma adequação da responsabilidade individual a um padrão cristão.

Na essência, não há complicação sobre o entendimento do texto, mas, de facto, a interpretação tem-se mostrado complexa, à medida que tem gerado uma diversidade de opiniões. Logo, este trabalho tenciona qualificar o comportamento humano em dias de tão expressivo relativismo, perpassando por um diálogo amplo entre hermeneutas cristãos de credo católico e protestante.

1. OS ORÁCULOS OFERTAVAM ESCOLHAS

Neste capítulo, tem-se como objetivo interpretar o oráculo, a sua presença nas Sagradas Escrituras e a sua importância para a formação do comportamento moral das pessoas por meio das escolhas. O escopo abrange a composição do homem em suas essências, as mensagens proféticas e apocalípticas, as diferenças entre as literaturas e uma análise introdutória do livro do Apocalipse. Busca-se sempre direcionar o leitor para a percepção das escolhas humanas diante dos oráculos divinos.

As Escrituras demonstram a condição original do homem como imagem e semelhança do Criador (Gênesis 1:29), não no aspecto físico, mesmo que o salmista diga: “Eu, contudo, graças à tua justiça, verei a tua face; quando despertar, terei a plena satisfação de ver tua semelhança em mim” (Salmos 17:15). Não havendo sugestão de corporeidade e visibilidade,

Jesus, na sua conversa com a mulher samaritana, afirma que Deus é Espírito (João 4:23). A semelhança do Criador a que se referem na formação do homem estende-se aos aspectos mentais, morais e sociais.

Thiesses (1987, p. 151) declara que Deus é um Espírito e a alma humana é um espírito. Para o autor, os atributos essenciais de um espírito são: razão, consciência e vontade. No período edênico, o homem desfrutou das suas faculdades mentais, usando-as para cultivar o jardim e guardá-lo, exercendo domínio sobre a terra e fazendo registros naturais dos outros seres criados (Gn. 2:15-20).

Na formação de semelhança, está incluso um ser moral recheado de normas, senso de justiça, verdades e retidão. Em Eclesiaste 7:29, há referência ao facto de Deus ter criado o homem reto e, em Efésios 4:24, trata-se do novo homem, aquele por Deus regenerado, revestido de retidão e justiça procedentes da verdade.

Na aquarela da pigmentação humana com os atributos de semelhança com o Criador, observam-se ainda a personalidade, a espiritualidade e a capacidade de associar-se a outros seres. Porém, a racionalidade inclusa nos atributos ofertou ao homem a capacidade de escolha e obviamente o ideal era escolher sempre fazer a vontade do Criador. No entanto, na primeira bifurcação oportunizada para avaliar a escolha da obediência a Deus, o homem enveredou pelo caminho da desobediência e colheu como fruto o distanciamento das mordomias edênicas e do Criador, sofrendo a perda da intimidade com este desfrutada sempre ao crepúsculo que prenuncia o dia.

Ao longo do tempo, tem-se definido *oráculo* como a resposta que a divindade dá para aqueles que as consultavam. Geralmente, a própria divindade respondia aos interlocutores por meio de intérpretes. Segundo Larousse (1973, p. 4945), também há um entendimento de que era a vontade de Deus anunciada pelos profetas. O lugar onde Deus anunciava a sua mensagem ficava conhecido como oráculo. O mais famoso na história foi o de Delfos.

Na *Enciclopédia de Bíblia, Teológica e Filosofia* (2014, p. 612), a palavra *oráculo* é traduzida do latim *oraculum*, derivando de *oro*, que significa “orar”, mas que era usado para indicar os seguintes elementos: um assento de oração; a mensagem dada; uma pessoa divina ou humana a apresentar uma mensagem; uma aparição; uma ordem ou comunicação divina; um templo ou um santuário. Assim, compreende-se que as mensagens são entregues por meios místicos: vários tipos de portentos ou augúrios; declarações extáticas, usualmente provadas por estados de transe; sonhos; revelações divinas, ou dadas por intermédio de profetas ou ainda por uma inspiração intuitiva.

De acordo com Champlin (2014, p. 612), na Grécia Antiga, havia vários oráculos,

como o de Zeus em Dodona, no Épiro, o de Apolo, em Delfos, e também outros menos importantes. Para o autor, o de Apolo tornou-se internacionalmente famoso por ser bastante consultado. Foi lá que Sócrates recebeu a recomendação para fazer música e interpretou como filosofar, pois, para ele, a filosofia era a mais bela de todas as músicas, o que foi relevante para a filosofia. Em Roma, não havia tantos santuários como na Grécia, mas, em Cumae, sob o templo de Apolo, a caverna de Sibila servia ao mesmo propósito. Além dele, havia o templo da Fortuna, em Praeneste (Champlin, 2014).

O oráculo de Delfos carece de melhor esclarecimento devido à sua importância na história e no entendimento das revelações religiosas no Apocalipse Joanino e, de certo, devido às muitas manifestações atuais de práticas semelhantes. Esse oráculo localizava-se na cidade homônima e era dedicado ao deus Apolo. Por volta do século VI a.C., tornou-se famoso pelos conselhos críticos sobre toda espécie de questão, pessoal, política e religiosa, que ali eram dados. As sacerdotisas respondiam as perguntas em estado de transe, mais ou mesmo equivalente a médiuns espíritas, embora nem todas as pessoas que entram em transe sejam mediúnicas.

A mensagem recebida por Sócrates através da sacerdotisa foi responsável por ele tornar-se filósofo e transformou-se no lema do oráculo de Delfos e na essência de toda a sua filosofia, a saber, “conhece-te a ti mesmo”. Champlin (2014, p. 612) afirma que Delfos era uma cidade-estado dos gregos situada em Focis, no sopé Sul e inferior do monte Parnaso, cerca de 160m do golfo de Corinto. Era a sede do mais antigo e mais sagrado santuário, além da fama por ser visitado por grandes personagens e também por ser citado pela primeira vez como oráculo na Odisseia de Homero, sobrevivendo na história até o ano de 390 d.C.

Mesmo não sendo tão preciso o modo como acontecia o oráculo, parece ser passível a ideia de que a sacerdotisa Pythia entrava no santuário, um templo dedicado a Apolo, onde havia uma estátua de ouro deste deus, sentava no banco, bebia da água de uma fonte sagrada e mascarava folha de louro. Então, sacudia no ar algum ramo dessa planta, inalava vapores de um abismo vulcânico próximo e, depois, caía em estado de transe. Contorcias-se de vários modos, com os seus cabelos despenteados balançando e os seus lábios espumando. Em um frenesi verbal, ela proferia conselhos e predições.

Há divergências quanto às informações recebidas pelas sacerdotisas recebiam e o modo como elas expressavam os seus oráculos. Há quem afirme que balbuciavam palavras ininteligíveis, como a prática da glossolalia, e um sacerdote do deus Apolo interpretava o que era dito pelo deus para o consulente. Apesar do descrédito das suas mensagens, sabe-se que, quando os persas atacaram a Grécia, a cidade de Atenas foi salva por um conselho dado

naquele oráculo. Conforme a orientação recebida, os habitantes abandonaram a cidade ante a aproximação dos persas, foram para a beira-mar, habitaram ilhas temporariamente e, então, os gregos derrotaram os persas em batalhas marítimas.

Champlin (2014, p. 612) registra que os oráculos sibílicos consistem em quinze livros de predições ou oráculos, contendo elementos cristãos, pagãos e judaicos, escritos imitando os oráculos pagãos. Sibila era uma profetisa de Cumae, situada a cerca de 19km de Nápoles, na Itália. Os oráculos originais ter-se-iam perdido em Roma, no incêndio de 82 a.C. Então, já no período cristão, tentou-se substituí-los, o que se estendeu aproximadamente de 150 a 300 d.C.

Vários pais da Igreja — como Justino, Teófilo de Antioquia e Clemente de Alexandria — mencionam esses livros, que tratam da era áurea estabelecida pela supremacia romana no Oriente, mais ou menos nos meados do século II. Os livros contêm também alguns oráculos de origem persa. Há uma menção lendária à fuga de Nero para a Pátria e à destruição de Jerusalém em 60 d.C. O quinto livro apresenta uma versão estilizada de Nero Redivivus, sendo possível fazer uma analogia com o texto de Ap. 17:10-11. A maior parte da obra parece ser de origem cristã herética, coetânea dos séculos II e III d.C. Nas porções escatológicas, escritas do ponto de vista cristão, aparecem tópicos como grandes impérios mundiais e um expurgo final. Os oráculos diferem das obras tipicamente apocalípticas, assemelhando-se mais com tratados missionários do que com doutrinas esotéricas.

Na *Enciclopédia da Bíblia* (2008, p. 673), o termo *oráculo* é traduzido como obrigação e emite quatro definições: (a) uma comunicação divinamente inspirada, que transmite a vontade de Deus para o homem exemplificado nos textos bíblicos de II Sm. 16:23, Rm. 3:2, Hb. 5:12 e IPe. 4:11; (b) palavras sábias, como aquelas que foram ensinadas a Lemuel por sua mãe (Pv. 31:1); (c) o lugar santíssimo, o Santos dos Santos, no Templo de Jerusalém (I Rs. 6:5; 7:49; 8:6,8; Sl. 28:2); (d) palavras proferidas por um sacerdote ou uma sacerdotisa em algum santuário dedicado a um deus.

O oráculo edênico entregue pelo Criador a Adão previa que o ato de desobediência humana limitaria a sua existência entre os viventes e que acarretaria a sua morte, como assinala o texto do Gn. 2:16-17:

E o SENHOR deu a seguinte ordem ao homem: “Comerás livremente o fruto de qualquer espécie de árvore que está no jardim; contudo, não comerás da árvore do conhecimento do bem e do mal, porque no dia em que dela comeres, com toda a certeza morrerás!”.

Porém, antes disso, o homem fora expulso do Jardim do Éden.

A segunda geração humana, a de Caim, filho de Adão, recebeu o segundo oráculo divino, que ofertava ao homem o direito de escolha e outorgava as consequências sobre ela. Deus disse a Caim: “Se procederes bem, não é certo que serás aceito? Entretanto, se assim não fizeres, sabe que o pecado espreita à tua porta e deseja destruir-te; cabe a ti vencê-lo!” (Gn. 4:7). Os oráculos anteviam consequências diversas sobre a humanidade, enfatizando sempre a escolha humana e a liberdade de expressar-se, pensar e realizar. Isso remete a compreensão da tão polêmica expressão *livre-arbítrio*, a ser retomada adiante.

1.1. A CONSTITUIÇÃO DO HOMEM

Neste item, observa-se a necessidade de realizar uma exposição mais ampla acerca da formação humana que remete à compreensão do próprio homem como responsável por suas escolhas. É importante observar o interesse da teologia na constituição psicológica e moral do homem. É ponto passivo na teologia que a formação humana sofre uma variação entre o entendimento de que ele tenha uma formação dicotômica ou tricotômica. Em outras palavras, se o homem é composto de corpo e alma, possui apenas duas essências e, assim, é dicotômico; porém, se tem corpo, alma e espírito, apresenta, logo, uma formação tricotômica.

A esse respeito, Thiesses (1987, p. 151) afirma que

Todos concordam que o homem tem tanto uma natureza material como imaterial. Sua natureza material é seu corpo; sua natureza imaterial é sua alma e seu espírito. Surge então uma questão: o homem é um ser duplo ou triplo? O espírito e a alma são uma só e a mesma coisa ou devemos diferenciá-los um do outro. Aqueles que acreditam que alma e espírito são um só e a mesma coisa são chamados de dicotomistas; os que afirmam que não são as mesmas coisas são chamados de tricotomistas.

Na defesa da predominância da dicotomia humana, entre os teóricos protestantes encontra-se Strong (2003, p. 869) que explica o seguinte:

O homem tem uma dupla natureza: por um lado material, por outro lado imaterial. Ele é corpo e espírito, ou alma. A consciência testemunha que há dois e somente dois elementos no homem. A Escritura confirma esse testemunho no qual a representação prevalecente da constituição é a dicotomia (2003, p. 869).

Strong argumenta que

O registro da criação do homem (Gn 2:7), no qual, como resultado do sopro do Espírito divino, o corpo torna-se possuído e vitalizado por um só princípio: a alma vivente, Gn.2:7; Jó.27:3, 38:8. Passagens em a alma humana, ou espírito, distingue-se tanto do Espírito divino de que procede quanto do corpo em que habita, Nm.16:22, Gn.35:18, Ec.12:7, Tg.2:26. O uso intercambiável dos termos alma e espírito, Gn.41:8, Sl,42:6, Ap.6:9. A menção do corpo e alma (espírito) constituindo juntos o homem como um todo, Mt. 10:28, I Co. 5:3 (2003, p. 870).

Strong (2003, p. 872) não se limita a defender a dicotomia humana, mas argumenta contra a formação tricotômica do homem. Para ele, tal teoria é insustentável não pelas razões dicotômicas, mas pelas considerações adicionais, conforme se observa no seguinte trecho:

Emprega-se Espírito, assim, como alma para designar o bruto, Ec.3:21, Ap.16:3; atribui-se alma a Jeová, Am.6:8, Is.42:1, Jr.9:9 e Hb.10:38; Os mortos são chamado de alma, Ap.6:9, 20:4; atribuem-se os mais elevados exercícios da religião a alma, Mc.12:30, 1:46, 6:18,19 e Tg.1:21; Perder a alma é perder tudo, Mc.8.36,37 e as passagens nas quais se confiam para apoiar a tricotomia podem ser melhor explicada com base no ponto já indicado de que alma e espírito não são duas substancias ou partes distintas, mas designam o princípio imaterial de diferentes pontos de vista, I Ts. 5:23, Mc. 12:30, Hb. 4:12.

Nas Escrituras, apenas dois versículos bíblicos corroboram com a ótica tricotômica da formação do homem, a saber, I Ts. 5:23 e Hb. 4:12. Esses versículos citam três essências do homem: o corpo, a alma e o espírito. Ao contrário destes, os textos dicotômicos apresentam como as duas essências humanas apenas o corpo e um segundo elemento, que é ou a alma ou o espírito. Isto se justifica pelo facto de alma e espírito serem termos idênticos e encontrarem-se registrados entre o Gênesis e o Apocalipse, ou seja, do início ao fim das Escrituras.

1. 2. A NATUREZA HUMANA RESPONSÁVEL PELA ESCOLHA

A natureza moral do homem está representada nos poderes que o capacitam a escolher o certo e o errado. Na visão de Strong (2003), estes poderes são o intelecto, o sentimento e a vontade, com o poder peculiar de discriminação e impulso, que chamamos de consciência. Para esse autor,

Para a ação moral, o homem tem o intelecto e a razão, para discernir entre o certo e o errado; o sentimento para mover-se a cada um deles; vontade livre para fazer um ou outro. Intelecto, sentimento e vontade são as três faculdades do homem (STRONG, 2003, p. 891).

Geisler (2010, p. 60) enumera alguns elementos que formam a personalidade humana, como intelecto (mente), emoções (sentimentos), vontade (capacidade de escolha) e consciência (capacidade moral). Os seres humanos receberam de Deus uma capacidade moral chamada de consciência.

As Escrituras apresentam os seres humanos criados com mentes autorreflexivas e com o poder do raciocínio. Para Salamão, a busca do autoconhecimento incluía a capacidade de fazer perversões. “Por este motivo, em meu coração, dediquei-me a conhecer, a raciocinar e a pesquisar o saber e a razão de ser de tudo o que há; para compreender a própria insensatez da malignidade e a loucura da impiedade” (Ec. 7:25).

Parece subentender-se que não foi algo externo ao homem que determinou a sua decisão entre o certo e o errado. Mas, na sua própria formação, ele foi dotado do direito de ter preferências, as quais advêm de sua consciência e vontade. De acordo com Strong (2003, p. 892), a consciência envolve a ação combinada do intelecto com o sentimento em vista de certos tipos de objeto, por exemplo, o certo e o errado. Por conseguinte, é produto de uma formação e é a capacidade moral do homem.

Então, antes de o oráculo divino reservar ao homem a responsabilidade sobre a escolha entre o certo e o errado, a humanidade é responsabilizada pelos atos, ainda que não haja uma norma a determinar o certo e o errado. O apóstolo Paulo faz referência a isto na sua epístola aos romanos, como se lê a seguir:

Pois todos os que sem a Lei pecaram, sem a Lei também perecerão; e todos os que pecarem sob a Lei, pela Lei serão julgados. Pois, diante de Deus, não são os que simplesmente ouvem a Lei considerados justos; mas, sim, os que obedecem à Lei, estes serão declarados justos. De fato, quando os gentios que não têm Lei, praticam naturalmente o que ela ordena, tornam-se lei para si mesmos, muito embora não possuam a Lei; pois demonstram claramente que os mandamentos da Lei estão gravados em seu coração. E disso dão testemunho a sua própria consciência e seus pensamentos, algumas vezes os acusando, em outros momentos lhe servindo por defesa (Rm. 2:12-15).

O homem não pode alegar o desconhecimento das consequências advindas da sua escolha, visto que o oráculo edênico fora categórico ao afirmar que a sua desobediência resultaria na morte. No registro histórico, em todas as civilizações primitivas, a desobediência ao Criador foi escolha do homem.

Ao observar o homem no período edênico, nota-se a liberdade que ele tinha para escolher. A ele foi dado o direito de desfrutar de todos os frutos das árvores: “E o SENHOR deu a seguinte ordem ao Homem: ‘Comerás livremente o fruto de qualquer espécie de árvore

que está no jardim” (Gn. 2:16). Sendo um ato de autodeterminação, Geisler (2010, p. 60) explica que

Não existe evento sem causa, e não havia nada no céu ou na terra, fora do próprio Adão, que o fizesse pecar; ele deve ter causado a sua própria escolha; a escolha de Adão foi autodeterminada. Este é o coração da liberdade humana; ou seja, a capacidade de sermos a causa eficiente das nossas próprias ações morais. Ato dos quais nós não somos a causa eficiente, mas que em vez disso, são-nos impostos, não são atos livres.

A justificativa de que o erro do homem no Éden foi uma determinação do mal é incabível à realidade das Escrituras, porque o homem não foi forçado a fazer o que lhe foi proposto. Nem o seu Criador nem o mal representado pela Serpente forçaram-no a agir.

A liberdade intrínseca à natureza humana é uma identificação da sua forma perfeita. Todas as coisas precisam de polos para manter-se no equilíbrio. Portanto, na formação era necessário o direito de escolher entre o certo e o errado, entre a prática do bem e a prática do mal. O apóstolo Paulo almeja alcançar a perfeição, mostrando que essa seria fruto de uma construção (Fp. 3:16).

As tentativas de isentar o homem pela escolha errada e de transferir a sua responsabilidade para terceiros iniciaram-se no Éden com o próprio homem responsabilizando a sua companheira pelo ato de desobediência cometido por ele. Da mesma maneira, já por aprendizado, a mulher agiu transferindo a sua culpa para a serpente, a representação do mal.

No decorrer da história do cristianismo, são muitas as citações de pensadores cristãos a responsabilizar o homem e a apresentá-lo como dotado pelo Criador de plena liberdade de escolha. Justino de Roma², que viveu no século II d.C., acreditava que, se o homem não fosse dotado do direito de escolha e mesmo que somente realizasse coisas boas, não havia nenhum mérito nisso. Do mesmo modo, se ele nascesse somente para fazer o mal, em nada poderia ser vituperado. Não obstante, são óbvias as consequências maléficas que o homem deve colher por decidir fazer o errado:

Ora, se tivesse determinado ser mau ou bom, não seria capaz de coisas contrárias, nem mudaria com tanta frequência. Na realidade, não se poderia dizer que uns são bons e outros maus, desde o momento que afirmamos que o destino é causa de bons e maus, e que realiza coisas contrárias a si mesmo. Afirmamos ser destino ineludível que aqueles que escolherem o bem terão digna recompensa e os que escolherem o contrário, terão igualmente digno castigo (1995, p. 58).

² Flávio Justino (100-165), também conhecido como Justino Mártir ou Justino de Nablus, foi um teólogo romano do século II.

Por volta do ano 180, Irineu³ redigiu a sua obra *Contra as Heresias*. No Capítulo I do Livro III, Irineu declara não haver coação divina nas escolhas humanas. Logo, querer obedecer a Deus ou não está no homem:

A palavra diz: “Quantas vezes quis eu ajuntar os teus filhos e não quiseste” ilustram bem a antiga lei da liberdade do homem, porque Deus o fez livre desde o início, com a sua vontade e a sua alma para consentir aos desejos de Deus sem ser coagido por ele. Deus não faz violência, e o bom conselho o assiste sempre, e por isso dá o bom conselho a todos, mas também dá ao homem o poder de escolha, como dera aos anjos, que são seres racionais, para que os que o obedecem recebam justamente o bem, dado por Deus e guardado para eles enquanto os desobedientes serão justamente frustrados neste bem e sofrerão castigo merecido (1995, p. 499)

Na sua obra *Petição em favor dos Cristãos* (PC, II. 24), apresentada ao Imperador Marco Aurélio no século II, Atenágoras⁴ de Atenas também expressa que o homem tem plena liberdade de decidir fazer o bem ou o mal, como se observa no trecho abaixo:

Do mesmo modo, porém, que os homens que têm livre-arbítrio podem optar pela virtude e pela maldade, pois se não estivesse no seu poder a maldade e a virtude, não honrarias os bons nem castigaria os maus, quando uns se mostram diligentes e outros desleais naquilo que confiais, assim, também os anjos. Uns, que foram imediatamente criados livres por Deus, permaneceram naquilo que Deus os criara e ordenara; outros se orgulharam tanto de sua natureza, como do império que exerciam (1995, p. 151).

Segundo Teófilo⁵, bispo de Antioquia no século II, escrevendo sobre a natureza mortal do homem, Deus formou o homem com liberdade de optar por obedecer ou desobedecer:

Porque Deus fez o homem livre e senhor de seus atos. O que o homem atrai sobre si mesmo por sua negligência e desobediência, agora Deus o presenteou com isso, através de sua benevolência e misericórdia, contando que o homem lhe obedeça. Do mesmo modo o homem desobedecendo, atrai sobre si a morte, assim também, obedecendo à vontade de Deus que quer, pode adquirir para si a vida eterna (1995, p. 256).

³ Irineu ou Irineu de Lyon (130-202) foi um bispo grego, teólogo e escritor da patrística do século II.

⁴ Atenágoras de Atenas (133-190) viveu nos fins do século II d.C. Apologista cristão, que aparentemente nasceu e viveu em Atenas. Apresentou uma apologia em prol do cristianismo ao imperador Marco Aurélio

⁵ Teófilo de Antioquia. Teólogo, escritor da patrística, apologista e Padre da Igreja foi o sexto bispo de Antioquia, da Síria, (169-188).

Taciano⁶, o Sírio (120-172), no seu livro *Discursos contra os gregos*, defende que o homem, por opção, se tornou escravo do pecado. Não obstante, o autor assinala a possibilidade de o homem libertar-se dessa condição:

Nós não fomos criados para a morte, mas morremos por nossa própria culpa. A liberdade nos deixou; nós que éramos livres, nos tornamos escravos; fomos vendidos pelo pecado. Deus não fez nada mau; fomos nós que a produzimos, porém somos também capazes de recusá-la (1995, p. 77).

No seu livro *Tratado sobre os princípios*, Orígenes (185-254 d.C.)⁷ discorre sobre o livre-arbítrio e assegura que sem este o homem seria isento da culpa, pois, boa ou ruim, a sua atitude resultaria de uma ação externa sobre o mesmo. Então, Orígenes explica que,

Porque a alma possui sempre o seu livre-arbítrio quer esteja no corpo, ou fora do corpo; a liberdade de liberdade do arbítrio se move sempre para o bem ou para o mal, e nunca o senso da razão, isto é, a mente ou alma, pode ficar sem movimento, ou bom ou mau (2012, p. 256).

Seguindo o mesmo raciocínio, Novaciano⁸ (200-258 d.C.) faz uma exposição sobre a liberdade de escolha em Gêneses e conclui que,

Tendo posto tudo a serviço dele, quis que fosse o único ser livre. E para que sua liberdade solta, voltando atrás, não caísse em perigo, estabeleceu um mandamento. Com esse, não dissesse que havia mal no fruto da árvore, se avisava, contudo, que talvez pudesse havê-lo, pela vontade do homem, com rejeição da lei que fora dada. Pois, o homem devia ser livre, afim de que a imagem de Deus não servisse dum modo inconveniente, e a lei tinha de ser acrescentada para a liberdade desenfreada não se precipitasse na rejeição do seu doador e pudesse receber, por conseguinte, tanto os prêmios condignos como méritos das penas, tendo já como algo próprio o fato de ter querido, com o movimento da sua mente, inclinar-se para um lado ou para outro (2017, p. 21).

⁶ Taciano, o Sírio (120-172 d.C.), foi um escritor da patrística, um gnóstico do século II. O trabalho mais influente de Taciano foi o Diatessarão, uma paráfrase bíblica, ou “harmonia”, dos quatro evangelhos, que se tornou o texto padrão nas igrejas siríacas até o século V.

⁷ Orígenes, cognominado Orígenes de Alexandria ou Orígenes de Cesareia ou ainda Orígenes, o Cristão (185-253 d.C.), foi um teólogo, filósofo neoplatônico da patrística, um dos padres gregos. Foi um prolífico escritor cristão, de grande erudição, ligado à Escola Catequética de Alexandria, no período pré-niceno. Orígenes de Alexandria não deve ser confundido com o filósofo Orígenes, o Pagão (210-280 d.C.).

⁸ Novaciano foi um presbítero de Roma, sofreu oposição pelo presbitério de Roma, que contestou a validade do seu batismo, e mostrou-se um opositor do Papa Cornélio (†253). Escreveu a sua obra *De Trinitate*.

Sobre o livre-arbítrio, Agostinho⁹ (354-430 d.C.) alega que o mal é consequência da liberdade de escolha humana concedida por Deus. No diálogo entre ele e Evódio, foi legado à humanidade a afirmação de que o pecado foi gerado pela capacidade de o homem poder eleger:

Ev [Evódio]. Se possível, explica-me agora a razão pela qual Deus concedeu ao homem o livre-arbítrio da vontade, já que, caso não o houvesse recebido, o homem certamente não teria podido pecar.

Ag [Agostinho]. Logo, já para ti uma certeza bem definida haver Deus concedido ao homem esse dom, o qual supõe não dever ter sido dado.

Ev [Evódio]. O quanto me parece ter compreendido no livro anterior, é que nós só possuímos o livre-arbítrio da vontade, mas acontece ainda que é unicamente por ele que pecamos.

Ag [Agostinho]. Também me recordo de termos chegado à evidencia a respeito desse ponto. Mas, no momento, eu te pergunto o seguinte: esse dom que certamente possuímos e pelo qual pecamos, sabe que foi Deus quem no-lo concedeu?

Ev [Evódio]. Na minha opinião, ninguém senão ele, pois é por ele que existimos. E é dele que merecemos receber o castigo ou a recompensa, ao pecar ou ao proceder bem (1995, p. 73).

Geisler (2010, p. 80) menciona uma citação de Anselmo (1033-1109 d.C.), segundo a qual ninguém abandona a retidão, se não o desejar. Se “contrário à nossa vontade” significa “não querer fazer”, então, ninguém abandona a retidão contra a sua própria vontade. Um homem não pode querer contra o seu desejo porque não pode desejar sem almejar fazê-lo. Todo aquele que deseja fá-lo por vontade própria. Então, para Anselmo, o casal do Edén, mesmo pecando, não extinguiu em si as suas liberdades de escolher.

Gregório de Nissa (335-395 d.C.) discorre sobre a imagem e semelhante entre a criatura e o criador e define a perfeita imagem como virtude e liberdade:

Longa seria a enumeração dos bens um a um: não é possível dividi-los numericamente; por essa razão, com uma palavra que se encerre, englobando tudo, a Escritura os designa dizendo: “segundo a imagem de Deus foi gerado o homem”. É o mesmo que dizer que Deus fez natureza humana participe de todo o bem e a Divindade é a plenitude dos bens; se o homem é a sua imagem, não é o arquétipo? Portanto, em nós está a forma da de todo o bem; toda virtude, toda sabedoria e tudo aquilo que de melhor é possível. Um desses bens é a liberdade da necessidade, o não ser submetido a qualquer poder físico, o ter uma capacidade de juízo independente. De fato, a virtude é alguma coisa que é sem mestre e voluntária: não pode ser virtude aquilo que é por necessidade ou violência (2011, p. 100).

⁹ Agostinho de Hipona, conhecido universalmente como Santo Agostinho, foi um dos mais importantes teólogos e filósofos dos primeiros anos do cristianismo. As suas obras foram muito influentes no desenvolvimento do cristianismo e da filosofia ocidental.

Jerônimo (340-420 d.C.) legou a humanidade a maior clareza sobre a responsabilidade do homem sobre os seus atos e isentou um terceiro elemento, sendo Deus ou o diabo, da responsabilidade dos atos humanos. Explica que, ao transferir a culpa ao diabo, o homem perde o seu livre-arbítrio e retira a culpa de si:

E tu me parece fazer calúnia ao diabo nesta passagem e acusar o acusador de todos de falsos crimes. Tu dizes, pois: “aquele que se manifestou a todos como causa do pecado” e enquanto imputas sobre ele os crimes, tu libertas os homens da sua culpabilidade e retiras-lhe o poder do livre-arbítrio, quando o Salvador diz que de nosso coração saem os maus pensamentos, os homicídios, os adultérios, as fornicações, os furtos, os falsos testemunhos, as blasfemas (2013, p. 88).

João Crisóstomo (347-407 d.C.), no seu comentário sobre as cartas aos hebreus, anuncia que, mesmo tudo estando sob o poder de Deus, a liberdade humana não é anulada:

O gênero humano dificilmente se convence, e precisa de maiores cuidados do que as plantas. Estas são naturalmente materiais e terrenas e dependem das mãos dos agricultores; quantos aos homens, trata-se da liberdade de escolha, com vicissitudes, ora preferindo isto, ora aquilo. São propensos ao vício. Por isso, precisamos sempre de precaução, a fim de não cochilarmos. “Sim, não dorme, nem cochila o guarda de Israel; e: “Não te deixará tropeçar” (Sl.121:4,3). Não diz: não tropeces, mas: não dê. Daí está em nosso poder, não no outrem. Se quisermos permanecer firmes, estáveis e imóveis, não nos abalaremos. Ele o sugeriu com estas palavras. Como? Nada está no poder de Deus? Tudo está no poder de Deus, mas não de forma que lese nosso livre-arbítrio. Se, portanto, está no poder de Deus, por que nos atribui a culpa? Por isso foi dito: De sorte que não fique lesado nosso livre-arbítrio (2013, p. 1029-1030).

Para Tomás de Aquino (1225-1274), a natureza humana é dotada de livre-arbítrio: “Ora, a natureza própria do homem é estar dotada de livre-arbítrio. Portanto, quando se trata do indivíduo que tem o uso de seu livre-arbítrio, a moção de Deus para a justiça não acontece sem que se exerça este livre-arbítrio” (2015, p. 901-902). O autor observa a importância do livre-arbítrio nas decisões do homem, induzindo ao entendimento da ausência de outro ser como determinante das preferências humanas.

1.3. AS MENSAGENS PROFÉTICAS E APOCALÍPTICAS RESPONSABILIZAM AS ESCOLHAS

Nesta subsecção, abordam-se questões relevantes sobre a origem das mensagens proféticas e sobre o entendimento das semelhanças e diferenças entre as literaturas apocalípticas e o Apocalipse.

1.3.1. A ORIGEM DAS MENSAGENS PROFÉTICAS

As mensagens proféticas surgiram no período correspondente a monarquia judaica com a função de advertir o povo e os governantes quanto ao entendimento das ações por eles praticadas e quanto à vontade de Deus. Para Andrade (2012, p. 16), há uma diferença notável entre os profetas coetâneos da monarquia — tanto no Reino de Israel, ao Norte, quanto no de Judá, ao Sul — e os profetas do pós-exílio. De início, essas mensagens foram orais e, depois, apareceram os escritos proféticos. Então, por exemplo, os registros proféticos de Elias, Eliseu e Natã não foram realizados pelos próprios profetas, mas por escritores do judaísmo. Com o fim da figura dos juízes, sendo Samuel o último juiz e quem estabeleceu a monarquia, unguendo Saul como o primeiro rei de Israel, os profetas começaram a atuar como emissários dos oráculos divinos e, por isso, passaram a ser sempre consultados pelos reis e pelo povo. Para eles, a importância estava na mensagem que acreditavam ser do Senhor e, portanto, não se interessavam em agradar as pessoas que os consultavam, independentemente da sua classe social. Para Mesters e Orofino (2013, p. 33), a partir de Elias, os profetas começaram a contrariar os interesses dos reis, denunciando e exigindo-lhes compromissos com Aliança. Estes autores revelam que,

Para os profetas e profetisas, o Plano de Deus ia se fazendo aos poucos, se costurando, através das decisões que iam sendo tomadas. Eles não tinham um plano pronto, a partir do qual faziam suas críticas. Eles tinham uma certeza: “Deus está conosco! Nós somos o seu povo!” Esta certeza de fé devia expressar-se na observância da lei de Deus, na prática da justiça, na realização da Aliança. O Plano de Deus ia surgindo desta prática. Por isso os responsáveis pela construção da história (reis, sacerdotes, nobres e sábios) eram criticados e convocados para assumir o seu papel na construção do Projeto de Deus (MESTERS; OROFINO, 2013, p. 33).

Mesters e Orofino (2013, p. 33) tratam da importância dos profetas e referem que a história do povo de Israel chegou a ser dividida em dois períodos: o período que havia profetas e o período “em que não havia profetas” (Mc. 9:27). Existia uma lista completa e encerrada com doze profetas (Ec. 49:10). Portanto, na sequência da história, no período exílico, o povo achou-se órfão, visto que os profetas eram a consciência de Deus e, como não

havia manifestação profética, eles se sentiram sem norte.

1.3.2. A LITERATURA APOCALÍPTICA

A literatura apocalíptica na história de Israel nasce no período pós-exílio, quando o povo israelense não contava com advertências proféticas. Conquanto tais literaturas tenham raízes no Egito, no Irã e na Grécia, o apocaliptismo como movimento literário é um produto do judaísmo em fase posterior ao exílio, com o declínio da profecia veterotestamentária. Esse movimento alcançou maturidade no século II a.C. É importante registrar que, para autores como Andrade (2012, p. 21), as datações são baseadas em conjecturas.

Em geral, os escritos apocalípticos apareceram em épocas de derrota e perseguição. Os autores assumiam o nome de santos reverenciados num passado distante e escreviam como se previssem acontecimentos pósteros, porém, de facto, descreviam as tragédias da sua época. Os escritores apocalípticos judeus citavam a história de Israel ocasionalmente, mas a sua preocupação primordial não era histórica. O interesse principal era teológico, embora expresso historicamente. Com frequência, eram nacionalistas e procuravam demonstrar que as tragédias atuais estavam previstas há muito tempo, em planos ocultos.

Sobre isso, Andrade esclarece que

Os primeiros testemunhos desse tipo de literatura datam do período pós-exílio. Ao voltarem da Babilônia e sob o Império Persa (538 a.C.), os judeus reconstruíram o Templo, restauraram o culto e organizaram o estudo sinagoga da Torah (Pentateuco). Mas, em vez de experimento o que havia sido prometido pelos profetas (Is. 14:1,2), o povo de Israel estava sob sucessivas dominações estrangeiras, e sem um sucessor de Davi no trono (2012, p. 21).

A compreensão da literatura apocalíptica perpassa pelo entendimento das suas características. Segundo Allen (1987, p. 284), em geral, os seus escritores eram pessimistas quanto à cultura contemporânea e expressavam que, naquele momento, o mal havia sido vencedor. Ofereciam uma explanação escatológica dualista e faziam a representação dos conflitos como de origem cósmica. Os símbolos expressavam sempre a luta entre a ordem e o caos, um duelo entre Deus e as forças contrárias e a tensão entre duas eras, a atual como maligna e a futura como reflexo da ordem celestial sempre em equilíbrio. A transcendência de Deus era algo inacessível ao homem e somente alguns intermediários tinham acesso a Ele. O elemento determinista dominava os seus escritos, tudo era obra já produzida, o bem e o mal, e nada se podia fazer para mudar. Os textos eram recheados de mistérios, os autores recebiam

os oráculos — ou seja, a revelação, significado grego da palavra *apocalipse* — através de visões, mensageiros celestiais ou em viagens celestiais, mas apenas iniciados podiam aceder a tal informação. A numerologia era uma arte sagrada, em que os números continham um significado oculto. A simbologia de animais conhecidos e inventados fazia-se presente, expressa as catástrofes e a esperança em um messias, previa um juízo final e um lago de fogo.

Sobre isso, Collins elucida:

Especificamente, define-se um apocalipse como “um gênero de literatura revelatória” com estrutura narrativa, no qual a revelação a um receptor humano é mediada por um ser sobrenatural, desvendando uma realidade transcendente que tanto é temporal, na medida em vislumbra salvação escatológica, quanto espacial, na medida em que envolve outro mundo, sobrenatural (2010, p. 22).

Há vários escritos apocalípticos presentes na literatura judaica do período do Antigo Testamento, sendo alguns canônicos. Allen (1987, p. 284) expõe que os canônicos são partes de alguns livros, como Is. 24-27, Ez. 38-39, Jl. 2-3, Zc. 12-14 e o livro de Daniel. Um exemplo de livro não-canônico do Antigo Testamento é o livro de Enoque, também conhecido como Primeiro Enoque ou Enoque Etiópico, escrito por volta de 164-64 a.C. Aproximando do período do Novo Testamento, há os seguintes: A Assunção de Moisés, escrito por volta de 50 a.C. a 25 d.C.; Os Segredos de Enoque, também chamado Segundo Enoque, escrito no início do século I; o livro de Baruque ou Segundo Baruque, escrito no primeiro século; IV Esdras foi escrito depois de 90 d.C.; O Pastor de Hermas, o qual tem apenas uma das visões, a quinta, considerada apocalíptica e que foi escrito por volta do início do século II; o Apócrifo de João, escrito por volta da metade do século II; o Apocalipse de Pedro, escrito por volta da metade do século II; o Apocalipse de Paulo, escrito no final do século IV; o Apocalipse de Tomé, do século V; o Apocalipse de Maria, escrito depois dos supracitados, e o Apocalipse de Estevão, que é muito tardio. Todos esses caracterizam-se como literatura apocalíptica de origem não-canônica. Na literatura cristã, há Mc. 13, Mt. 24, II Ts. 2:1-12 e o próprio livro do Apocalipse de João.

1.3.3 O APOCALIPSE E A LITERATURA APOCALÍPTICA

O Apocalipse do Novo Testamento foi responsável por nomear toda a literatura apocalíptica, visto que o termo ganhou notoriedade a partir do livro bíblico. A palavra *apocalipse* está escrita na sua forma grega, o que vem a significar “revelação”, que é o

propósito do livro, conforme explica Andrade:

O propósito da literatura apocalíptica é a revelação. O termo grego apocalipse é composto do prefixo *apó* com o sentido de tirar, puxar e *kalýpto* que significa cobrir, dando origem ao verbo *apokalypso*, que literalmente quer dizer: “tirar a cobertura” (Gn. 8:13), ou, mais precisamente, “tirar o véu” (2012, p. 12).

O termo serve para nomear as literaturas anteriores, que tinham características semelhantes. Allen (1987, p. 289) cita algumas: o pessimismo em relação à cultura do seu tempo, já que João previa um fim terrível num futuro próximo; uma perspectiva dualista-escolástica, pois João contrastava a era presente como maligna e uma futura sob a proteção divina; a transcendência de Deus inacessível para João, a sugerir solenidade e respeito; o determinismo bastante presente não implica que o homem seja órfão; mistério e segredos em símbolos e com anjos bons e maus, nas figuras de animais, em numerologia e na previsão de grandes castigos, advindos de selos, taças e trombetas antes da chegada do fim.

No entanto, há uma significativa diferença entre o Apocalipse joanino e a literatura apocalíptica. O pessimismo de João com relação à história da humanidade é vencido por expectativas otimistas em relação ao fim. Mesmo usando uma linguagem dualista, João enfatiza o seu monoteísmo, e a soberania diante dos conflitos sempre prevalece. A transcendência divina sugere solenidade e respeito e também se apresenta com forte teísmo, em que Deus está sempre presente e não abandonou a sua criação.

No Apocalipse, o elemento determinista, embora presente, não induz a crença que o homem está indefeso, nem que a sua liberdade ou responsabilidade está sob ameaça. As cartas às setes igrejas mostram que, para João, as decisões e as reações do homem no mundo moldam a história tanto quanto o destino pessoal. No mesmo livro, mistério e segredo não são iguais ao esoterismo presente nas literaturas apocalípticas, de modo geral. João emprega um esforço enorme para ser compreendido, procurando revelar e não ocultar a sua mensagem. A mensagem selada deve ser lida por todos.

Allen (1987, p. 284) assegura que o Apocalipse joanino não é pseudepigráfico¹⁰, ou seja, o seu autor não é uma suposição, porque João declarou-se autor. Embora a literatura apocalíptica se refira a outros possíveis escritores, em geral as suas identidades estão bastante distantes cronologicamente do escrito. Ele usa o seu nome e posta a sua escrita para pessoas

¹⁰ Pseudepigráfico é um termo derivado de pseudepígrafa, nome dado a uma grande coleção de manuscritos judaicos não incluídos no Antigo Testamento. Os protestantes chamam-no de apócrifo. O termo surgiu do facto de que muitos escritos reunidos sob esse título tinham nomes de personalidades famosas, mas que não vieram dele (*Enciclopédia de Bíblia, Teológica e Filosofia*, 2014, p. 1123).

contemporâneas que o conheciam.

Concernente à ideia de sofrimento, o Apocalipse joanino difere dos escritos apocalípticos. Como estes se originaram em decretos e poderes malignos, o homem é visto como um ser inerte para reagir. Por sua vez, no Apocalipse, João julga o homem capaz de controlar as ações que irá sofrer, pois as suas decisões morais podem evitá-las. O martírio de Cristo obteve a vitória sobre o mal, e a fidelidade dos seus discípulos venceu o seu sofrimento temporário e vindouro.

Conforme Allen (1987, p. 284), João adota o método profético, que não está presente nos textos apocalípticos, e demonstra um equilíbrio entre a história humana e a esperança escatológica. Registra toda a redenção humana em Cristo, tornando Jesus no messias de Deus. A história humana revela um sentido completo no Apocalipse joanino e difere dos demais textos apocalípticos, que de regra trazem uma narrativa temporal específica.

1.3.4. AS ESCOLHAS PREFIGURAM COMO DIFERENÇA ENTRE A PROFECIA E A LITERATURA APOCALÍPTICA

O relacionamento entre a profecia e o apocalíptico é inegável, mas a fronteira entre as duas formas literárias tem sido ofuscada. O apocaliptismo literário foi produto do judaísmo posterior às profecias. Apesar das diferenças entre esses gêneros literários, a literatura apocalíptica é entendida como a continuação profética. A profecia era, via de regra, composta por oráculos breves, orais e, às vezes, poéticos. O apocalíptico era literário e, em geral, longo e prosaico. Os profetas proclamavam para serem entendidos e usavam visões e símbolos para esclarecerem as suas mensagens, enquanto os apocalípticos escreviam termos obscuros e selados.

Contudo, a diferença em destaque era que os profetas tinham uma profunda apreciação pelas escolhas e pelo procedimento dos homens como fatores determinantes do futuro. Por sua vez, a literatura apocalíptica promete um fim trágico para quem que se opõe ao Criador no dizer de Champlin (1988, p. 351). Logo, os adversários de Deus não escapam ao juízo por causa daquilo que fizeram, pelos feitos ímpios que praticaram.

No Apocalipse joanino, é comum a ideia da oportunidade para alterar as consequências das ações humanas. Essa ideia é transmitida através de um convite à compunção. A palavra expressa um esforço humano no sentido de mudar o comportamento. Sobre a chamada ao arrependimento, Champlin afirma:

A chamada ao arrependimento é comum em todas as setes cartas do Apocalipse. Comparar com Ap.2:5,16. Esta expressão ocorre de igual modo, em Ap.3:3,19. O arrependimento é uma conversão da alma, a modificação real da natureza básica, e não meramente uma resolução humana de conduta melhorada. Exige o poder transformador do Espírito Santo, o qual vai formando em nós a própria natureza moral de Cristo. Por ter origem divina, é verdadeiramente eficaz. Mas a vontade humana também deve cooperar com a influência divina, porque, de outra maneira, seus efeitos podem ser anulados. Todos os homens, por conseguinte, podem arrepender-se, então diretamente responsáveis pela sua própria transformação moral (1988, p. 409).

1.4. O APOCALIPSE E A CONTEMPORANEIDADE DO SEU ESCRITOR

É pacífica na crítica literária a identificação do escritor do Apocalipse com o nome de João, visto que, no texto do Ap. 1:1, o escritor se apresentando com o seu nome. No entanto, surgiu uma grande celeuma quanto à sua identidade, apresentada ora como João, o apóstolo, ora como João, o ancião, e como João, o vidente. Conforme Allen (1987, p. 290), a tradição identifica-o com o mesmo escritor do Evangelho que leva o seu nome e as três epístolas joaninas. Este pensamento tem sofrido objeções diversas no momento atual, com fundamento nas diferenças estilísticas entre os livros joaninos, na falta de uma identificação precisa do autor no próprio Apocalipse e nas evidências literárias sugerindo outros autores.

Allen (1987, p. 284) afirma que, pela leitura do livro, se observa a presença de um autor denominado João nos textos de Ap. 1:1,4,9 e Ap. 22:8. Allen considera que é um irmão, servo e testemunha de Jesus, que estava exilado na ilha de Patmos. Em Ap. 21:14 surgem os doze apóstolos como fundamento dos muros da Nova Jerusalém, mas não há nenhuma referência à participação destes na redação do livro. Isto pode indicar que o livro foi escrito numa época bem distante dos apóstolos. Assim, a ausência de uma identificação precisa da autoria pode sugerir que o autor não necessitava de identificar-se por ser bastante conhecido pelos seus leitores.

1.4.1. EVIDÊNCIAS QUANTO À AUTORIA DE JOÃO, O APÓSTOLO

O livro do Apocalipse fornece algumas evidências sobre a identidade do seu escritor, apontando o apóstolo João, sendo esta a posição legada pela tradição a posteridade. A escrita produzida tem autoridade apostólica e a citação de Ap. 21:14 apresenta tal característica. As evidências da tradição e da história apresentam a solidez sobre a teoria em favor do apóstolo João, filho de Zebedeu. Antes de 166 d.C., Justino Mártir registra que, por meio de revelação,

João profetizou a existência de um reinado de mil anos. Cerca de 135 d.C., ano próximo do Apocalipse, Justino viveu em Éfeso, um dos destinos de João. Justino Mártir garante:

Além disso, houve entre nós um homem chamado João, um dos apóstolos de Cristo, que numa revelação que lhe foi feita, profetizou que os que tiverem acreditado em nosso Cristo passarão mil anos em Jerusalém e que depois disso, viria a ressurreição universal (1995, p. 237).

Ireneu também evidencia que o Apocalipse foi escrito por João, o discípulo do Senhor e contemporâneo do Imperador Domiciano: “Já teria sido manifestado pelo vidente do Apocalipse, porque não faz muito tempo que ele foi visto, e sim próximo aos nossos dias, no fim do reinado de Domiciano” (1995, p. 600).

Eusébio cita que Orígenes declarou que João, o discípulo que se reclamara sobre o peito de Jesus, escreveu tanto o Evangelho como o Apocalipse:

Que dizer de João, que reclinou sobre o peito de Jesus (Jo. 13:25; 21:20), deixou um evangelho, assegurou ser-lhe possível compor mais livros do que poderia o mundo conter (Jo. 21:25), e escreveu o Apocalipse, mas recebeu ordem de calar e não escreveu as mensagens das vozes das sete trombetas? (Ap. 10:4) (1995, p. 313).

As citações bíblicas referenciadas e os escritos da patrística evidenciam o apóstolo João como o escritor do Apocalipse.

1.4.2. AUTORIA DE JOÃO, O ANCIÃO

Por falta de uma forte argumentação plausível, surgiu a discórdia em torno da autoria do livro do Apocalipse, sugerindo que o escritor seria outro João. Pela leitura do próprio livro, sabe-se apenas que o autor era João. Contudo, ele não se identifica como apóstolo ou como um dos discípulos de Cristo, já que este era um critério da escrita canônica. A passagem de Ap. 21:14 apresenta os doze apóstolos do cordeiro com fundamentos da cidade e parece contrariar à autoria apostólica, visto que o autor não faz referência a si. Também há diferenças quanto ao estilo e à gramática entre o Evangelho e o Apocalipse, o que exclui a ideia de autoria comum.

Champlin afirma que

Justino Mártir é a única fonte que poderia ser primária. As outras autoridades apenas citam as evidências dele, e ele podia estar errado. O Apocalipse não

contém referências à vida pessoal de Jesus, como se esperaria, se o autor tivesse sido um apóstolo (1998, p. 355).

Também se sabe que o Apocalipse encontrou objeções à sua aceitação no cânon. Isto seria inexplicável, se o autor fosse um apóstolo, visto que a apostolicidade era um forte argumento da canonicidade.

Evidências literárias primitivas sugerem que o Apocalipse foi escrito por um homem de Éfeso conhecido como João, o Ancião ou o Presbítero. Dionísio de Alexandria foi, ao que se sabe, o primeiro a rejeitar a autoria apostólica, por causa das grandes diferenças entre as obras joaninas. Dionísio conjecturou João Marcos como o autor, mencionou outros homens chamados João e referiu-se aos dois túmulos de João em Éfeso. Dionísio abandonou a ideia de João Marcos, mas deixou aberto o assunto do presbítero João.

Eusébio detalha as conjecturas de Dionísio, mesmo a acreditar que o autor do livro em questão fosse o João da tradição:

Nesta ocasião, conforme, se refere o apóstolo e evangelista João, que ainda vivi, por causa do testemunho do verbo divino, fora condenado ao exílio na ilha de Patmos. Irineu, ao escrever, no quinto livro de sua obra *Contra as heresias*, a propósito do algarismo significativo do nome do anticristo, indicado no Apocalipse (ap. 13,18) atribuído a João, assevera textualmente a respeito de João (2000, p. 167).

Papias é outra autoridade cujos comentários apontam para o presbítero João. Não há muita confiabilidade nas observações encontradas apenas nas obras de Eusébio. Autor de cinco livros, Papias não alega relacionamento pessoal com testemunhas oculares do Senhor, embora Irineu se refira a ele como pessoa que tenha conhecido João pessoalmente e que se tenha associado a Policarpo. Papias atribui tal informação aos presbíteros e escreve a respeito de dois homens chamados João: o Evangelista e o Ancião ou Presbítero. Eusébio conjectura que o autor do Apocalipse tenha sido este outro João, o presbítero João:

Neste ponto, seria oportuno notar que Papias enumera duas vezes o nome de João, a primeira das quais entre Pedro, Tiago, Mateus e os outros apóstolos, e indica evidentemente o evangelista; quanto ao outro João, ele interrompe a enumeração e entre outros coloca-o, fora do número dos apóstolos. Aristion o precede e ele é designado claramente como presbítero.

Por conseguinte, as próprias palavras demonstram ser verdadeira a opinião de ter havido na Ásia dois homens com este nome, e existem, efetivamente, em Éfeso, dois túmulos que ainda agora são ditos túmulos de João. Importa dar atenção ao fato, pois é verossímil ter sido o segundo João, se não se quiser admitir que foi o primeiro, o vidente da revelação transmitida sob o nome de João (2000, p. 167).

1.4.3. AUTORIA DE JOÃO, O VIDENTE

As evidências que levam ao entendimento de que o autor do Apocalipse seja outro João, que não o apóstolo ou mesmo o ancião, fundamentam-se na ausência de identificação de um escritor específico. Em nenhum trecho do respectivo livro, o escritor João chama-se de “ancião”, como fez o escritor da II e III Cartas de João. Também não se designa “apóstolo”, como fez o autor do Evangelho de João. No entanto, observa-se a evocação do escritor com característica de profeta. Isto é perceptível logo no início do Apocalipse. O escritor que está sendo amanuense¹¹ de Jesus é outorgado para “profetizar”.

De facto, o livro está inserido na composição de uma profecia. Acredita-se que o escritor tivesse grande conhecimento da cultura judia, por usar o idioma mais falado entre os judeus no cotidiano, o aramaico, e por citar com maestria a literatura apócrifa do Antigo Testamento. De certo, também era um cristão conhecedor do Novo Testamento, cujos escritos já circulavam antes da composição da autoria do Apocalipse. Por isto, pode identificá-lo como um judeu helênico, ou seja, um habitante de alguma cidade da Ásia Menor e longe da Palestina, a sua terra natal, pois o acesso a essas literaturas era comum entre essa classe de judeus. Talvez fosse apenas um judeu disperso depois das perseguições inquiridas pelos romanos após o ano 70 d.C.

1.4.4. O APOCALIPSE E A ESCOLA JOANINA

Ao discorrer sobre o Evangelho e o Apocalipse, Arens e Mateos (2004, p. 70) dizem que a tradição popular atribuiu os dois livros ao apóstolo João. Contudo, enfatizam que são obras distintas, ou seja, de autores diferentes, o que se evidencia na composição estilística e teológica. Não obstante as características particulares de cada livro, há certas similaridades em pensamento e conceito, que podem ser corretamente tidas como sinais de identificação do autor com a escola joanina de Éfeso.

A este respeito, Champlin (1998, p. 355) considera os pontos seguintes:

- 1) a comparação de frases similares: João 16:2 com 22:17;
- 2) a mesma significação teológica conferida a termos como “vida”, “morte”, “glória”,

¹¹ Amanuense. Escrevendo, copista. No final da Carta do apóstolo Paulo aos romanos, há um registro de que a mesma fora escrita por um amanuense de nome Técio: “Eu, Técio, que esta carta escrevi, vos saúdo no Senhor” (Rm. 16:22).

“fome” e “sede”;

- 3) a maior frequência de uso de algumas palavras e frases pelos dois autores em comparação com qualquer outro livro do Novo Testamento. Por exemplo, pode-se observar: o emprego de “fazer sinais” quatro vezes no Apocalipse e catorze vezes no Evangelho de João, mas apenas quatro vezes em todo o resto do Novo Testamento; “guardar mandamentos” aparece duas vezes no Apocalipse, sete vezes no Evangelho de João e cinco vezes na primeira epístola de João; “exibir” oito vezes no Apocalipse e sete vezes no Evangelho de João; “judaizante” duas vezes no Apocalipse e cinco vezes no Evangelho de João; “mártires” nove vezes no Apocalipse, catorze vezes no Evangelho de João e seis vezes na primeira epístola de João, além de uma vez na segunda epístola de João; “prender” uma vez no Apocalipse e oito vezes na primeira epístola de João; “sinalizar” uma vez no Apocalipse e três vezes no Evangelho de João; “amar” duas vezes no Apocalipse e treze vezes no Evangelho de João; “remissão” oito vezes no Apocalipse e duas vezes na primeira epístola de João;
- 4) ideias similares, como, por exemplo: não haverá templo no Jerusalém celestial; a doutrina do Cordeiro de Deus em João 1:29,36, Ap. 5:6,8,12,13, Ap. 6:1,16, Ap. 7:9,10,14,17, Ap. 12:11, Ap. 13:8, Ap. 14:1,4,10, Ap. 15:3, Ap. 17:14, Ap. 19:7,9, Ap. 21:9,14,22,23,27, Ap. 22:1,3;
- 5) o número “sete”, que permeia o livro do Apocalipse e que coincide com os sete “sinais” do Evangelho de João, que começa e termina com uma “semana” sagrada.

Esses cinco livros — o evangelho, as três epístolas e o Apocalipse — foram produzidos pela escola joanina de Éfeso. Champlin considera ainda três pontos:

1. O evangelho de João deve ter sido escrito por um discípulo imediato de João, que perpetuou sua tradição, incluindo suas narrativas e seu testemunho. O evangelho de João é corretamente chamado “de João”, no mesmo sentido em que o evangelho de Marcos poderia ser chamado de “evangelho de Pedro”, porquanto tal evangelho preservou a tradição apostólica que chegou até os dias atuais, com base nas memórias de Pedro;
2. As epístolas joaninas poderiam ter sido escritas por esse mesmo autor. A primeira epístola de João certamente o foi. Seja como for, outro elemento da escola joanina esteve envolvido, se não foi o mesmo indivíduo;
3. O Apocalipse foi escrito por João, o “vidente”, pelo “ancião” ou pelo “apóstolo”, ou seja, por igual um deste pertencente a escola joanina (1998, p. 355).

Acerca da escola joanina, Mannucci também corrobora essa versão sobre a autoria do Apocalipse:

O autor do livro chama-se João (Ap.1.9; 22,8), mas a assinatura pode também ser fruto de um recurso à pseudonímia, típica do gênero literário apocalíptico: quem escreve gosta de relacionar-se idealmente com uma célebre figura, com a qual sente particular afinidade. Com efeito, se alguns temas do Apocalipse se relacionam com o quarto Evangelho, a sua língua (sem considerar o estilo) afasta-se completamente dele. Tudo faz pensar num discípulo do Apostolo João, intérprete apocalíptico no seu tempo do grande mestre (1996, p. 89).

1.4.5. DEPENDÊNCIA LITERÁRIA DO APOCALIPSE

O Apocalipse apresenta uma dependência nítida do Antigo Testamento. Champlin (1988, p. 355) afirma que livro nunca cita diretamente o Antigo Testamento, mas, do total de quatrocentos e quatro versículos, duzentos e setenta e oito encerram alguma forma de referência a essa parte das Escrituras. Muito mais do que todos os demais livros do Novo Testamento, o Apocalipse depende do Antigo. Observando isto, Márcião¹² rejeitou-a como autoritativo, porque tomava o judaísmo como opositor ao cristianismo, e não como o seu progenitor. O autor não parece ter usado a Septuaginta e pode ter elaborado as suas próprias traduções e paráfrases, conquanto provavelmente se tenha influenciado pela leitura comum e popular daquela. É possível que tenha usado um manuscrito grego ou manuscritos hebraicos do Antigo Testamento, diferentes do texto padrão da Septuaginta, conforme o mesmo foi preservado. Não obstante essa possibilidade, é mais provável que o autor sagrado se apoiasse muito no Antigo Testamento, uma das razões por que o Apocalipse é fortemente “judaico” em seu caráter. Apesar disso, o “servo” do Senhor é ali um crente, e não um judeu de raça apenas.

De acordo com Champlin (1988, p. 356), o autor sagrado não cita diretamente as obras pseudoepígrafes, manuscritos judaicos não incluídos no Antigo Testamento e chamados de apócrifos pelos protestantes. Porém, é evidente a incorporação de certas ideias e frases desses textos, especialmente aquelas extraídas dos livros de Testamento de Levi, I Enoque e Assunção de Moisés. Algumas vezes é impossível compreender o que o autor quer dizer, a menos que haja alguma alusão a ideias encontradas nas obras pseudoepígrafes. Como exemplo de ideias tomadas por empréstimo daqueles livros, há os “querubins” (Ap. 4:6), uma “grande espada” (Ap. 6:3), os “mártires como um sacrifício a Deus” (Ap. 6:9), o “altar no céu” (Ap. 6:9), o “mundo vindouro” a surgir com a completação do número dos mártires (Ap.

¹² Márcião (85-160) foi um dos mais proeminentes heresiarcas durante o Cristianismo primitivo. A sua teologia era chamada de marcionismo, propunha dois deuses distintos, um no Antigo Testamento e outro no Novo Testamento, e rejeitava muitos livros do último Testamento. O seu cânon era composto de um único evangelho e de dez cartas do apóstolo Paulo (MILER, 2004, p. 16-18).

6:11), as “vestes brancas” como símbolos dos corpos espirituais (Ap. 6:11).

O Apocalipse foi escrito numa época em que vários livros do Novo Testamento já deveriam ter sido escritos. Mesters e Orofino (2013, p. 33) observam uma total dependência da cultura judaica em relação à cultura helena. A penetração helenista ameaçava a identidade e a sobrevivência dos povos do Oriente conquistados pelos gregos, liderados por Alexandre, o grande, e, depois, pelos generais que sucederam este. O judaísmo helenista continha muitos elementos da astrologia, da numerologia e de várias formas de misticismo, em parte tomados por empréstimo de vizinhos pagãos, mas adicionados e modificados pelos místicos judeus.

O intrincado simbolismo dos números no Apocalipse não pode deixar de refletir algo dessa atividade e, como explicações do significativo desses números, pode-se apelar para as tradições místicas judaicas que contêm escritos dos rabinos cabalistas. A angelologia do Apocalipse também envolve adaptações de ideias astrológicas da época. Os anjos — que aparecem como governantes de nações, em esferas celestiais e terrenas, ou governantes de eventos —, as estrelas e as manifestações celestes eram conceitos comuns, recuperados e adaptados da astrologia. Não se tem certeza sobre a intenção comunicativa do autor do livro com o uso de anjos etc., como se o emprego desses elementos fosse igual ao dos sistemas astrológicos. Percebe-se que, em parte, há paralelos verbais com aqueles sistemas. De facto, o autor sagrado valeu-se de expressões usuais na linguagem da astrologia da época.

Sobre a dependência cultural helenista por parte dos judeus, Andrade afirma que ela foi absorvida pela religião:

Durante a dominação helenista (333-63 a.C.), a elite sacerdotal manteve-se na mesma situação privilegiada, além disso, outros fatores entraram em ação. Houve um distanciamento da herança religiosa e cultural dos antepassados e padrões helenísticos gerais substituíram progressivamente a ética baseada na Torah. Os sacerdotes, antes considerados verdadeiros mediadores entre Deus e o povo e defensores tradicionais da Torah, coligaram-se com os dominadores estrangeiros (2012, p. 50).

1.5. A MENSAGEM DO APOCALIPSE E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO

Nesta secção, abordam-se a data, o lugar e o propósito do livro do Apocalipse com o objetivo de melhor elucidar o texto.

1.5.1. A DATA EM QUE FOI ESCRITO O APOCALIPSE

Mesters e Orofino (2013, p. 23) consideram que João escreveu o livro do Apocalipse entre 70 e 100 d.C. Pohl afirma que isso sucedeu no período descrito por Irineu, isto é, durante o governo de Domiciano, entre 86 e 90 d.C. Bortoloni (1994, p. 95) aponta 95 d.C. É certo, com base no próprio livro, que foi redigido durante um período de tremenda perseguição à Igreja, por parte do império romano.

No entanto, tem sido motivo de disputas o nome do imperador romano a governar no momento da produção do livro. Não há como ter sido nos dias de Nero (54-68), porque os textos de Ap. 13:3,12,14 e Ap. 17:8,10 referem que os primeiros cristãos consideraram as predições de um “Nero Redivivus” ou “Nero Ressurrecto” a voltar ao poder na condição de anticristo. Esses textos mostram que o imperador já morrera na ocasião da escrita do livro. A doutrina dificilmente teria sido criada antes do falecimento de Nero, e isso exige uma data posterior ao ano 70 d.C. para a escrita do livro.

A este respeito, Andrade afirma que

O Apocalipse não foi escrito de uma vez; há indícios de que seu término deu-se por volta do ano 100, mas foi desenvolvido em, pelo menos três etapas. Os capítulos 4-11 parecem ser mais antigos e podem ter sido escritos no tempo do imperador Nero (54-68), quando este desencadeou uma situação de hostilidade contra os cristãos ao responsabilizá-los pelo incêndio de Roma. A situação se gravou com revolta judaica (a partir de 66) e a destruição do Templo de Jerusalém pelo exército romano (70). Presume-se que a segunda etapa da redação do Apocalipse pertença ao tempo do imperador Domiciano, por volta do ano 90, quando nova situação de hostilidade exigiu maiores reflexões. Nesse contexto teriam sido escrito os capítulos 12-22. E finalmente, em torno de 95 a 100, alguns acréscimos foram necessários para finalizar a obra: os capítulos 1-3 (introdução) e 22, 16-21 (conclusão) (2012, p. 98).

Presumivelmente, o trecho de Ap. 17:10 fornece um meio de datar a escrita do livro com exatidão. O escritor sagrado menciona cinco reis que já não governavam. Masters e Orofino (2013, p. 33) relaciona a escrita ao tempo de Domiciano:

O anjo diz: “São sete reis, dos quais cinco já caíram, um existe, e o outro ainda não veio”. Os cinco imperadores desde Augusto até Nero já pertencem ao passado, pois “cinco já caíram”. Vespasiano, o sexto, é o “um que existe”. Só falta a chegada do sétimo, Tito (79-81), que deverá “permanecer por pouco tempo”, só dois anos. Depois de Tito, assim diz o anjo, vem um oitavo rei que é descrito como: “A Besta que existia e não existe mais, é ela própria o oitavo rei e também um dos sete”. Ou seja, depois de Tito virá Domiciano, do qual todos diziam: “É o Nero que voltou”! Por isso, “este oitavo é também um dos sete”, a saber, Nero, o quinto da lista, aquele que existia e não existe e agora acabou de voltar! Domiciano é a própria encarnação de Nero. Ele pretende ser um deus, “mas caminha para a perdição”. João vive e

escreve na época de Domiciano.

Nesta ótica de interpretação, depois dos cinco imperadores romanos mortos, um sexto reinava e um sétimo era esperado, antes do surgimento de um oitavo, o último imperador. Percebe-se um problema de contagem. Não dá para saber como se devem contar os cinco imperadores. Houve consideravelmente mais de sete ou oito imperadores, antes do império romano terminar. Logo, permanece a dúvida sobre quando se deve começar a contá-los.

Segundo Champlin (1988, p. 356), se a contagem se inicia com Júlio César, Nero era o imperador da época em que João escreveu o Apocalipse. A ordem seria a seguinte: Júlio César, Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio, Nero, Galba, Oto, Vitélio, Vespasiano, Tito e Domiciano. Neste caso, Cláudio era o quinto, e Nero, o imperador dos dias em que o livro foi redigido. A maioria dos intérpretes crê que os três antecessores imediatos de Vespasiano devem ser omitidos, porque o seu governo foi breve e sem grandes acontecimentos. Então, o quinto continua sendo Cláudio, e o sexto, Nero. Assim sendo, o livro deve ter sido escrito antes de 70 d.C. Porém, pode-se começar a contar com Augusto, como se fora o verdadeiro primeiro imperador romano, omitindo os três mencionados acima. Então, Vespasiano torna-se o sexto. Neste caso, Vespasiano aparece como o poder maligno então reinante. Foi ele quem iniciou o cerco contra Jerusalém. Tito, o seu filho, foi quem terminou o cerco, sendo o sétimo governante do império. Nero Ressurreto foi o “oitavo” monarca, o anticristo, presumivelmente o último dos governantes de Roma, porque a destruição do império romano, tal como a “parousia” — ou o segundo advento de Cristo — era esperada para breve, até mesmo enquanto os crentes primitivos ainda viviam.

Champlin (1988, p. 356) afirma que, dependendo do modo como se manuseia a lista, Nero, Galba ou Vespasiano podem ser o sexto governante, durante cujo governo o Apocalipse parece ter sido escrito. Os trechos de Ap. 6:9 e de Ap. 11:1,2 podem indicar que o templo de Jerusalém continuava de pé, quando o livro foi composto, o que significa que o facto se deu antes de 70 d.C.

A despeito das razões acima expostas, o próprio Apocalipse aponta para Domiciano como o governante daquele período. Neste caso, o trecho de Ap. 17:11 é um oráculo judaico, originalmente, incorporado ao Apocalipse, embora ignorando qualquer contagem exata, por assim dizer, arbitrária, o que faz de Domiciano o sexto imperador. Sendo assim, Nero Ressurreto segue como o sétimo governante e, conseqüentemente, o anticristo. Ainda que se tome Nero Ressurreto como o sétimo, pode-se reputar Domiciano, que veio mais tarde, como uma reencarnação de Nero Ressurreto, o qual, apesar de “ser dos sete”, é o “oitavo”. Porém,

visto que Nero e Domiciano formavam uma única personalidade, uma contagem estrita resulta em apenas sete imperadores. É certo que alguns súditos de Domiciano o chamavam de “outro Nero”. Por mais confuso que seja este quadro, se Domiciano foi o imperador reinante quando o livro foi escrito, a sua data deve ser situada antes de 96 d.C.

Outra proposta é a de Domiciano como o sexto governante. É possível que o autor sagrado tivesse em mente somente aqueles governantes mortos, quando o senado romano os declarara deuses, objetos próprios à adoração. Assim, a lista dos governantes em foco torna-se a seguinte: César, Augusto, Cláudio, Vespasiano e Tito. Por consequência, Domiciano é o sexto imperador, ao passo que o anticristo nerônico é o sétimo.

Champlin (1988, p. 356) também utiliza a personificação do anticristo como referência para a perseguição sofrida pela comunidade apocalíptica e sugere o reinado de Trajano (98-117 d.C.) como o tempo de composição do livro. Entretanto, Trajano ordenou severa perseguição contra os crentes, o que está claro nos escritos de Plínio, o Moço, governador da Bitínia por volta de 111 e 113 d.C. Em vista disto, torna-se impossível apelar para a passagem de Ap. 17:10, porque, sob nenhuma hipótese, Trajano pode ser o sexto governante. Nessa altura, o cristianismo tornara-se uma religião “ilegal”, não havendo qualquer evidência dessa condição quando o Apocalipse foi composto. Os “imperadores” eram “deuses” que deviam ser adorados; mas não parece que, à época, houvesse um decreto formal contra a fé cristã.

Osborne (2014, p. 6) explica que os escritores cristãos propuseram quatro datas distintas: os reinados de Cláudio (41-54 d.C., segundo Epifânio), Nero (54-58 d.C., segundo as versões siríacas), Domiciano (81-96 d.C., segundo Irineu, Vitorino, Eusébio, Clemente de Alexandria e Orígenes) e Trajano (98-117 d.C., segundo Donoteu e Teofilato). Contudo, para Osborne, os estudiosos atuais optam por Nero e Domiciano. No argumento de uma data anterior a Domiciano e próxima de Nero, observa-se que a partir dos trechos de Ap. 6:9 e Ap. 11:11,2 se pode subentender que o templo e a cidade de Jerusalém continuavam de pé, quando o livro foi escrito. No entanto, essas podem ser alusões naturais ao templo e à cidade, conforme eles existiam antes, sem apontar para o seu estado.

Para Champlin (1998, p. 357), há também três períodos que podem ser favorecidos neste entendimento. O primeiro é o reinado de Nero. Porém, a data neroniana dificilmente pode ser sustentada à luz do trecho de Ap. 17:10,11. O segundo depende do manuseio da lista dos imperadores romanos e pode corresponder ao imperador Vespasiano. Nenhum argumento irrevogável pode ser dito contra isso, exceto que não há provas históricas de que Vespasiano perseguiu os cristãos. Não tomava a sério as suas próprias reivindicações de “divindade”, jamais compeliu alguém a adorá-lo, nem perseguiu quem se negava a fazê-lo. Tertuliano

especificava que os cristãos não foram perseguidos no reinado de Vespasiano e que não houve grande perseguição por Tito, o filho deste. Contudo, eles começaram e terminaram o cerco de Jerusalém, propiciando que as crueldades então perpetradas inspirassem o livro do Apocalipse. Os “cristãos” perseguidos precisavam do encorajamento dado por uma “revelação”. O terceiro período corresponde a Domiciano, chamado de “Nero calvo” e de “segundo Nero”, cuja ferocidade ao perseguir os cristãos a história mostra.

A considerar todos os fatores, conclui-se que o Apocalipse foi escrito pouco antes do término do primeiro século da era cristã. As cartas às sete igrejas do apocalipse também confirmam uma data posterior. A cidade de Esmirna não contava com nenhuma comunidade cristã contemporânea de Nero. O culto ao imperador não parecia estar em vigor até aos dias de Domiciano. O livro do Apocalipse quase certamente reflete tal circunstância. Nos seus dias, tal culto era considerado prova de lealdade ao imperador. Por causa disso, seguiram-se perseguições intensas aos cristãos, ações totalmente desconhecidas nos dias de Vespasiano.

1.5.2. O LUGAR ONDE O APOCALIPSE FOI ESCRITO

O trecho de Ap. 1:9 identifica o lugar “de onde” a epístola foi enviada, o lugar de sua posição – a ilha de Patmos. Nada há contra a ideia que João, o escritor, um dos principais líderes da igreja cristã de Éfeso, homem bem conhecido entre todas as igrejas da Ásia Menos, tenha sido banido para Patmos devido à sua fé cristã, e que ali ele escreveu esta obra. Sua reclusão e sofrimentos, entretanto, talvez tivessem provocado suas visões, Patmos é uma ilha que fica a cinquenta e seis quilômetros ao largo da costa sudoeste da Ásia Menos, 30°20’ leste. Essa ilha tem cerca de treze quilômetros, e em alguns lugares chega a ter seis quilômetros e meio de largura. Compõe-se de colinas vulcânicas escarpadas. Atualmente pertence à Grécia.

O destino também é claramente afirmado em Ap. 1:4, bem como em seus capítulos segundo o terceiro, a saber, as “sete Igrejas” da Ásia Menos. Provavelmente uma cópia do livro foi enviada para cada uma delas, e não apenas as cópias individuais das pequenas cartas. Foi ordenado para as Igrejas que lessem a composição inteira (Ap.1:3). Na Ásia Menor havia o número maior de Igrejas do que apenas aquelas sete, e pode-se supor que não demoraram a receber cópias da mesma. Os dispensacionalistas¹³ historicistas costumam dizer que essas sete

¹³ O termo *dispensacionalista* deriva do grego *oikonomia*, alude aos adeptos do movimento do dispensacionismo e resulta da compreensão acerca da existência de uma série de dispensações na história da

igrejas representam sete períodos distintos da história da igreja. Seja como for, elas parecem representar melhor as principais condições que podem ser encontradas na igreja universal, composta de todos os cristãos, em qualquer período da história. É interessante a observação que o Apocalipse foi aceito como autoritário, isto é, “canônico”, inicialmente na Ásia Menor.

1.5.3. O PROPÓSITO DO LIVRO DO APOCALIPSE

Diante do exposto nos itens anteriores, deve ser óbvio que o motivo que provocou a escrita do Apocalipse foi uma severa perseguição aos cristãos primitivos, de forma que estes pensavam viver nos dias imediatamente anteriores à “parousia”, o segundo advento de Cristo. Para Arens e Mateos (2004, p. 70), João pretendia encorajar os seus irmãos a permanecerem firmes na fé em Deus e em Cristo, apesar das hostilidades de então.

Há evidências de que a perseguição era movida por Domiciano, o “segundo Nero”, pouco antes do fim do primeiro século da era cristã. A literatura apocalíptica caracteriza-se por tentar “saltar por cima” das crises presentes, a fim de dirigir a mente dos fiéis para um futuro triunfo sobre os inimigos, com o estabelecimento da retidão. A última declaração do Apocalipse promete o retorno de Cristo para “breve”. Em meio à morte e à destruição, os discípulos de Cristo esperavam o cumprimento das promessas referentes à “parousia”. Ainda no reinado de Domiciano, esperavam também o aparecimento do anticristo, que expressa a concretização do mal absoluto, tornando-se o servo perfeito de Satanás.

Os cristãos primitivos criam que, uma vez estabelecido o seu império mundial, logo Cristo voltaria, a fim de destruir o seu ímpio império. O livro do Apocalipse, portanto, foi escrito para encorajar os cristãos, porque o fim parecia bem próximo, ou seja, o “começo” do fim, o que eles podiam observar pessoalmente com facilidade. O livro infunde esperança aos crentes que sofriam, lembrando-os sobre um mundo eterno que eventualmente seria estabelecido, ao passo que os reinos humanos, caracterizados pela cobiça e pelo poder, seriam reduzidos a nada.

Domiciano decretou o culto ao imperador, de um modo que os seus predecessores nunca tinham feito. Fez disso uma prova de lealdade ao império. Os cristãos recusaram-se a adorar o imperador como se fosse um “deus”. As consequências do ato foram-lhes desastrosas. Desenvolveu-se até mesmo o culto à família dos Flávios, no qual se encarnava a natureza divina da família de Domiciano. Mediante a sua “ascendência divina”, procurou

salvação. Scofield dividiu a história da salvação em sete períodos ou dispensações, cada qual representando uma aliança diferente entre Deus e o seu povo (MCGRATH, 2005, p. 637).

instaurar um governo absoluto sobre os corpos e as almas dos homens, promovendo a sua divindade através de holocaustos públicos. Os espectadores que viaassem os seus gladiadores eram executados sob a alegação de que desrespeitavam a sua natureza divina. Os próprios cortesãos de Domiciano tinham de chamá-lo “Senhor e Deus”. Ele chamava o próprio leito de “leito de um deus”. As festividades instituídas por ele eram denominadas “banquetes sagrados”, quando até o peixe servido era considerado sagrado.

A violência de Domiciano punha em vigor todos os aspectos do culto ao imperador. Não somente perseguiu os cristãos, mas também ordenou matar e banir políticos, filósofos e até membros da sua família que lhe ofereciam resistência. Mandou executar o seu primo, o cônsul Clemente, por adotar o modo de vida judaico, o que, na ótica de Domiciano, fizera dele um “ateu”.

De acordo com Andrade (2012, p. 83), a mensagem principal do Apocalipse é a de que o mesmo Deus que ressuscitou Jesus salva os cristãos agora e os salvará quando derrotar as forças do mal. Também se observa que o propósito imediato da composição do livro foi o de contrabalançar o temor e o desespero que tomou conta da igreja cristã, o que talvez tenha conduzido alguns à apostasia. O livro mostra Jesus Cristo como o verdadeiro governante, que, finalmente, há de esmagar os poderes malignos, ao estabelecer o seu reino. À época, pensava-se que esse reino seria fundado dentro de um prazo curto (Ap. 22.20). Logo, essa crença encorajou os crentes a sofrer pelo bem, como um espírito triunfal. O autor sagrado assegura que, sem importar quão negra fosse a noite, o dia estava próximo, com a possibilidade de vingança contra as perseguições experimentadas e com a chance do estabelecimento universal do direito, o qual pregavam e no qual criam.

Há também o propósito de apresentar a absoluta autoridade de Jesus Cristo, como o alfa e o ômega da existência humana (Ap. 1:8 e Ap. 22:13). O objeto de veneração para os cristãos não está no plano da dimensão da existência, não está em Roma, nem no seu imperador, nem nas suas causas, mas somente em Cristo. O escritor do Apocalipse tenciona ensinar lições morais aos leitores, corrigindo erros de comportamento e encorajando a transformação, de modo que nem mesmo a crise e a perseguição desviem os cristãos da necessidade de um andar santo, leal à pessoa do Cristo Salvador.

Assim, os horrendos acontecimentos apresentados pelo autor sagrado enveredam pelas consequências erradas das ações humanas praticadas desde o evento edênico até aos seus dias, alcançando as eras vindouras. Não obstante, podem ser evitadas através da regeneração da humanidade. Para tanto, o autor tece vários apelos.

1.6. OS ORÁCULOS E O APOCALIPSE

A observação das definições de oráculo acima encaminha para o entendimento de que o livro do Apocalipse faz parte de um conjunto de oráculos divinos ofertados à humanidade. Tal como os demais, foi lastreado em escolhas. Para cada igreja da Ásia a que expressou uma mensagem, o escritor do Apocalipse apresentou-a como oráculo, como sendo divina, exortando e ofertando caminhos para um importante fim e agradecendo ao Senhor. Houve nas mensagens um respeito pela limitação peculiar de cada igreja, ofertando o direito de obediência à palavra divina.

No Apocalipse, os oráculos destinados às igrejas da Ásia foram elaborados com dados culturais, retratando a vida das comunidades, os seus problemas sociais, políticos, econômicos e religiosos. O respeito do autor pela fraqueza de cada comunidade é espelhado pelo amor do Cordeiro e pelo afã de que cada uma possa gozar de uma convivência com o Criador no presente e no porvir, estando os seus integrantes já libertos das amarras sociais e espirituais que ora os aprisionavam. Apesar disso, também não poupou elogios àqueles que, já à altura, conseguiam apresentar bons testemunhos pelo exercício da fé no Cordeiro, mesmo sofrendo danos por isso.

2. ANÁLISE DO TEXTO

Nesta secção, é apresentado o livro do Apocalipse e também analisado o seu texto, bem como os reflexos das ações humanas presentes nos selos e a oportunidade de escolha aos homens ofertada. O texto ora em análise integra o Apocalipse, livro escrito pelo apóstolo João por volta de 95 d.C. Está na ordem canônica, ou seja, dos livros considerados inspirados, em último lugar, em organização, compondo a coleção sagrada dos vinte e sete livros do Novo Testamento.

O Novo Testamento recebeu a sua canonicidade através do reconhecimento dos concílios ecumênicos. Enns (2014, p. 191) afirma que, no século IV d.C., houve proeminente reconhecimento de um cânon do Novo Testamento:

Quando Atanásio escreveu em 376 ele citou os vinte e sete livros do Novo Testamento como sendo os únicos livros verdadeiros. Em 363 o Concílio de Laodicéia estabeleceu que somente o Antigo Testamento e os vinte e sete livros do Novo Testamento deveriam ser lidos nas Igrejas. O Concílio de Hipo (393) reconheceu os vinte e sete livros, e o Concílio de Cartago (397) afirmou que somente estes livros canônicos deveriam ser lidos nas Igrejas

(2014, p. 191).

Mannucci (1996, p. 241) afirma que o livro do Apocalipse teve dificuldade para a sua canonicidade por causa do critério de apostolicidade. Recebeu bastante crítica quanto à autenticidade de que João, o apóstolo, tenha sido o seu verdadeiro escritor. Mas, além desse critério, a crítica doutrinária também foi presente:

O Apocalipse, em particular, encontrou dificuldades doutrinárias. No Ocidente, os montanistas abusavam dele em sentido “milenaristas”; os álogos, não querendo admitir o Logos joanino, opunham-se ao Evangelho de João e ao Apocalipse. No Oriente, a heresia “milenarística” dos quiliastas, que interpretavam Ap.2:1-6 nos termos de um novo paraíso terrestre instaurado por Cristo aqui na terra antes da parusia, levou a maior parte dos Padres da Síria e da Ásia Menor a rejeitar o Apocalipse, cuja paternidade se tornava ainda mais problemática pela incerta paternidade joanina do escrito (o grego louco do Apocalipse não é o do evangelho de João, como observa Dionísio Alexandrino) (1996, p. 241).

Dunnett (2005, p. 129) esboça o livro a partir de quatro visões: Cristo e as sete igrejas (Ap. 1:9 até Ap. 3:22); Cristo e os julgamentos terrenos (Ap. 4:1 até Ap. 16:21); Cristo e a sua vitória (Ap. 17:1 até Ap. 21:8); e Cristo e a sua noiva (Ap. 21:9 até 22:5). Dunnett ainda faz uma observação quanto à introdução (Ap. 1:1-8) e à conclusão (Ap. 22:6-21). Isso coloca o texto em análise no ambiente da segunda visão, a qual está inserida na descrição das três séries de julgamentos sobre a terra, cada uma delas contendo sete partes. Ao considerar as três séries de julgamentos, deve-se dar atenção ao problema de cada um deles. Visto que podem ser sequenciados, eles são consecutivos, mas podem apresentar-se num período de tempo. Por conseguinte, os julgamentos mostram-se todos concorrentes; ou ainda, se acontecem ao mesmo tempo, são, portanto, simultâneos.

2.1. CONSEQUÊNCIAS DA AÇÃO HUMANA EM AP. 6:1-8

Os quatro cavaleiros do apocalipse apresentados em Ap. 6:1-11 compõem os sete selos abertos pelo Cordeiro e representam quatro juízos previstos sobre a humanidade em geral, ou tão-somente sobre cada indivíduo. Essas figuras têm sido alvo de diversas interpretações. São lembranças joaninas para os seus contemporâneos de oráculos divinos ofertados à humanidade no passado em forma de juízos.

A hermenêutica sobre o que vem a ser tais juízos ou mesmo a análise temporal de cada

um deles é o que se pretende investigar, a saber, os quatro cavaleiros e os quatro cavalos. Na ordem de chamada, aparecem primeiro os cavalos e, em seguida, os cavaleiros. Há uma diversidade de aparências dos cavalos e cavaleiros. Quanto às cores, os cavalos são branco, vermelho-fogo, preto e esverdeado, e os cavaleiros apresentam-se com ornamentações, objetos e missões diversas.

É necessário analisar a releitura joanina da literatura do Antigo Testamento, especificamente Zacarias 1:7-17, Zacarias 6:1-8, Ezequiel 5:12 e Ezequiel 14:21, porque quatro cavaleiros do Apocalipse foram uma extração destes textos. No primeiro deles, há uma descrição de quatro cavalos de diferentes cores. Eles e os seus cavaleiros percorrem a terra por ordem de Deus. São cavalos sobrenaturais, símbolos de verdades místicas. Também prefiguram a restauração dos judeus a Jerusalém, após setenta anos de exílios. E em seguida a segunda passagem apresenta quatro carruagens, puxadas, respetivamente por cavalos vermelhos, pretos, brancos e baios com o objetivo de patrulhar a terra e, por decreto divino, executar juízos contra nações pagãs rebeldes.

Conforme Champlin (1998, p. 462) observa, as carruagens associam-se aos quatro ventos da teologia astral babilônica. O quadro fornece os elementos que alimentam a terceira visão do apocalipse neotestamentário, passando por uma consideração sobre os seres vivos responsáveis pela convocação dos cavalos. A autorização dada a estes e aos cavaleiros proveio do trono de Deus, que os enviou à terra toda (Ap. 6:1). Os primeiros quatro selos tratam de quatro calamidades a assolar a terra ou dos quatro juízos sobre a terra ou sobre os seus habitantes, que, na coletividade ou na individualidade, sofrerão ou já os tenham sofrido (Ap. 6:1-8).

Na perspectiva de Mesters e Orofino (2013, p. 189), os leitores de João já conheciam alguns desses juízos. Para eles, os quatro selos foram vivenciados no período anterior ao imperador Domiciano, sendo que o quinto selo se daria na era desse imperador, o sexto num futuro pós-Domiciano e o sétimo selo seria o fim. Para Champlin (1988, p. 461), todas as profecias do Apocalipse cumprir-se-ão na primeira metade do século XXI. Em contraposição a tal visão, Osborne (2013, p. 304) argumenta que os juízos são dinâmicos em consequência dos próprios atos da humanidade.

Somente uma análise mais detalhada pode fornecer elementos que possam elucidar melhor as intenções do autor do Apocalipse no texto em análise, ou seja, Ap. 6:1-11. O tema torna-se relevante diante das diversas interpretações sobre os quatro cavaleiros do Apocalipse, como portadores de quatro julgamentos sobre a humanidade ou sobre os indivíduos especificamente. Identificar cada cavaleiro não tem sido uma tarefa fácil devido a algumas

interpretações ou métodos de leitura do Apocalipse quanto à identidade deles no decorrer da história da teologia bíblica.

Dunnett (2005, p. 129) apresenta quatro métodos de interpretação ou de abordagem do Apocalipse: preterista, histórico, futurista e idealista. Na abordagem preterista, os eventos do Apocalipse ocorreram no primeiro século, não havendo nenhum aspecto profético ou futuro na narrativa. Portanto, o cenário das visões foi o conflito existente entre a igreja e Roma. O historicismo apresenta uma linha de conflito entre a igreja e o mundo, ocorrendo desde a era apostólica até ao final da atual era. A abordagem futurista detalha o drama dos eventos do livro para uma futura revelação no fim dos tempos, no dia da aparição da ira do Senhor e da aparição de Cristo no céu. Por último, a perspectiva idealista apresenta o Apocalipse dentro de uma realidade espiritual, distanciando-se de preocupações históricas e apenas assegurando o leitor da vitória do bem contra o mal.

Existem divergências nas leituras de algumas interpretações futuristas protestantes. Em geral, para alguns intérpretes, o personagem montado sobre o cavalo branco é Jesus, enquanto outros aludem a Lúcifer. Portanto, entre ambos, estaria a responsabilidade do derramamento dos juízos sobre a terra. Considerando as consequências da depravação humana, a compreensão dinâmica desses julgamentos são as causas motivadoras dos juízos. Isto aproxima, de facto, e conduz o entendimento sob uma ótica mais humana e menos pusilânime quanto aos juízos a serem executados sob a permissão dos céus.

2.2. OS ORÁCULOS E A OPRESSÃO NO APOCALIPSE

Os cavalos e cavaleiros do Apocalipse são partes do texto de João, precisamente no sexto capítulo, que trata especificamente da abertura dos selos pelo Cordeiro. Como parte da literatura apocalíptica, o Apocalipse também é escatológico. Ele aborda a questões dos tempos do fim. O período da literatura apocalíptica remonta ao período entre 165 a.C. e 120 d.C. A sua essência é o propósito de revelar.

Para Andrade (2012), na literatura judaica, o conceito de oráculo era conhecido antes de João escrever o Apocalipse, mesmo usando o termo em grego. A tradução deu-se antes, na própria literatura judaica, visto que

A Septuaginda (LXX)¹⁴ usou o verbo apókalypto para traduzir os termos hebraicos galah (Ex.20:26 e ISm. 2:27) e rasaf (Sl. 29:9 e Is. 47:2). Ambos no sentido de descobrir a nudez, ou os olhos (Nm. 22:31), ou ainda para falar sobre a manifestação de Deus a alguém (I Sm. 3:21). Também o livro de Daniel também utilizou o verbo apokalypto no sentido de revelar mistérios (Dn. 2:29) (ANDRADE, 2012, p. 14).

No propósito de revelar para os homens, o livro escrito por João apresenta aquilo que Deus sabia a respeito deles. Um dos atributos divinos é a onisciência. Deus sabe todas as coisas, mesmo antes que elas venham a acontecer. O oráculo divino para Caim dizia que o seu semblante seria fruto da sua escolha, conforme exposto no Gênesis:

Então, o SENHOR abordou Caim: “Por que estás furioso? E por qual motivo teu rosto está transtornado? Se procederes bem, não é certo que serás aceito? Entretanto, se assim não fizeres, sabe que o pecado espreita à tua porta e deseja destruir-te; cabe a ti vencê-lo!” (Gn. 4:6,7).

Deus conhece todas as coisas do passado, do presente e do futuro. Nada escapa ao seu conhecimento. Sobre isso, o profeta Isaías (Is. 46:10) escreve a fala de Deus: “Desde o princípio anunciei o futuro, desde a antiguidade, aquilo que ainda não acontecera. Eu afirmo: ‘O meu propósito será realizado, certamente farei tudo o que me apraz’”. O escritor dos Provérbios diz: “O Além e o Inferno estão abertos diante do SENHOR, quanto mais os corações dos homens!” (Pv. 15:11). Assim, Deus revela a João que o homem colherá toda a maldade que plantou.

No entanto, o Apocalipse fora escrito pelo autor num período de muitas dificuldades quanto à liberdade de expressão. Todo o povo do Oriente Médio estava subjugado ao domínio romano expresso na figura déspota do imperador Domiciano, de acordo com os escritos dos padres nos primeiros séculos do cristianismo, como Irineu, Vitorino, Clemente de Alexandria e Orígenes. Os escritores da Patrística e alguns atuais afirmam que o contexto do Apocalipse joanino corresponde ao período de governo de Domiciano. Um dos pais da igreja, Ireneu, que viveu na Ásia Menor ainda na primeira metade do século II, tornando-se mais tarde bispo de Lyon, pressupõe, em *Contra os Hereges*, que o Apocalipse era de conhecimento geral: “Na verdade, não faz muito tempo que ele foi recebido em visão, foi quase ainda no tempo em que vivemos, pelo final do governo de Domiciano” (1995, p. 600).

Para Andrade (2012, p. 96), o Apocalipse foi elaborado num contexto de grandes

¹⁴ A mais antiga tradução grega do texto hebreu do Antigo Testamento, feita para uso da comunidade de judeus do Egito no final do séc. III a.C. e no II a.C., foi realizada por 72 tradutores, dando o nome, por simplificação, LXX, em latim.

intolerâncias durante o governo de Domiciano, entre 81 e 96 d.C. Diante das perseguições, a liberdade de expressão é, em geral, cerceada àqueles que se posicionam contrários às classes dominantes, dificultando a comunicação verbal e escrita entre as pessoas. Naquele momento, os cristãos estavam sob perseguição direta do Imperador Domiciano, que implementou grandes campanhas contra todos que não aceitavam a sua divinação.

Domiciano exigia dos súditos romanos a veneração, algo impossível de ser praticado por um cristão. A fé deles estava firmada no primeiro mandamento do decálogo mosaico, onde somente Deus era digno de adoração. No entanto, Domiciano foi o primeiro imperador romano a exigir ser venerado como um deus ainda vivo. Mas é bem verdade que, desde a criação romana dos césares, isto era uma tendência. Os historiadores dos primeiros séculos¹⁵ descreveram a sua trajetória de vida e as muitas violências empregadas por ele para obter o reconhecimento de divino por seus súditos.

Arens e Mateos (2004, p. 80) apresentam muitas referências sobre a má índole de Domiciano por meio de citações do historiador Suetônio, mostrando o aspecto negativo do seu carácter, as suas ações de governo e as suas ambições sem precedentes. Suetônio afirma:

Desde sua mocidade se mostrou incivil na conduta, [Domiciano era] presunçoso e sem regra, tanto nos discursos como na conduta... Após dois triunfos, tomou cognome de “Germânico” e deu seus dois apelidos — Germânico e Domiciano — aos meses de setembro e outubro, porque, no primeiro, assumiria as rédeas do Império e o segundo era o do seu nascimento. Tornando-se por este modo, terrível e odioso a todo o mundo, pareceu, ao fim, vítima da conspiração dos amigos, dos libertos mais íntimos e, ao mesmo tempo, da própria mulher (2002, p. 514).

Suetônio refere que a morte trágica de Domiciano foi fruto de vários presságios:

Tinha, desde longa data, pressentimentos referentes ao ano, ao adia, à hora e também à espécie de morte que o esperava. Os caldeus lhe haviam predito tudo, desde a adolescência. Seu pai, da mesma forma, ao vê-lo um dia, na mesa, abster-se de cogumelo, escarneceu dele publicamente. Disse-lhe que ele desconhecia o destino que o aguardava pois devia temer mais depressa a lâmina (2002, p. 515).

Suetônio também expõe a divergência quanto à satisfação do povo romano por causa da morte de Domiciano:

¹⁵ Suetônio, Tácito e Plínio são historiadores contemporâneos dos padres da igreja (ARENS; MATEOS, 2004, p. 80).

O povo recebeu a notícia do assassinato de Domiciano com indiferença. Os soldados, porém, com indignação e se esforçaram logo por dar-lhe o título de Divino. Talvez se tivessem prontificado a vingá-lo, mas não havia chefes. O Senado, pelo contrário, ficou tão alegre que não pôde impedir que se lacerasse a reputação do morto com o gênero de aclamação tão ultrajante como cruel. Finalmente, decretou que as inscrições seriam apagadas por toda parte e sua memória abolida (2002, p. 525).

Irineu (1995, p. 600) identifica Domiciano como a personificação do anticristo, mas diz não incorrer no erro de pronunciar o nome do anticristo. Segundo Irineu, se fosse necessária a revelação do seu nome nos tempos presentes, Domiciano teria sido anunciado por aquele que contemplou a visão apocalíptica, porque foi visto há pouco tempo, quase nosso tempo, já no final do reinado de Domiciano.

Arens e Mateos (2004) registra uma citação do historiador Plínio, em que este se refere a Domiciano como o símbolo máximo da crueldade:

Em seu Panegírico, Plínio, amigo íntimo de Tácito, descreveu o palácio de Domiciano como “um lugar... esse monstro medonho construiu suas defesas com indivisíveis terrores e por onde vagueava entre catacumbas para ou sugar o sangue dos familiares assassinados ou planejar o massacre e a destruição de seus mais distintos súditos. Ameaça e terrorismo eram as sentinelas de suas portas...” Segundo Plínio, Domiciano praticava “a crueldade de um tirano e os excessos de um déspota (2004, p. 80).

Todas essas citações de autores antigos mostram quanto cruel era Domiciano. Isto ratifica a ideia de que João compôs todo o seu livro de revelação para desmitificar a divindade de Domiciano, que exigia dos súditos tal veneração.

Arens e Mateos (2004, p. 80) fazem referência ao historiador Leonard Thompson, que retrata Domiciano não tão cruel, mas somente igual aos demais imperadores romanos. Apesar de haver alguns aplausos à sua positiva administração de Roma, um marco na recuperação da economia romana, os seus atos de crueldade superaram tais memórias. A violência sofrida por meio de perseguições em qualquer aspecto é, em geral, fruto de escolhas por parte daquele que ora sofre. Domiciano, ou outra personagem qualquer, antes de ser instrumento enviado por Deus, foi mera escolha humana. Os romanos escolheram-no como imperador, aclamaram primeiro o seu pai Vespasiano como imperador, depois o seu irmão Tito, o qual ele substituiu. Em consequência, eles próprios sofreram todos os tipos de perseguição política. Assim, a escolha de uma posição política pode definir o quanto a pessoa pode ou não sofrer.

Portanto, há plausibilidade na ideia do sofrimento sofrido pelo escritor do Apocalipse e a sua comunidade, mas os castigos podem ser interpretados como consequência das escolhas

humanas. De facto, a concupiscência do homem tem norteado o sofrimento da humanidade. A maldade egocêntrica e sua ambição pelo poder estão intrínsecas à própria natureza humana. Tal previsão é parte do oráculo divino para Noé:

O SENHOR sentiu o aroma agradável da adoração e declarou a si mesmo: “Jamais amaldiçoarei a terra por causa do homem, porquanto seu íntimo é completamente inclinado para o mal, desde o nascimento. E nunca mais destruirei todos os seres nos quais há o fôlego da vida, como fiz desta vez” (Gn. 8,21).

2.3. OS QUATROS SELOS

Da mesma maneira que o texto em análise deve ser visto em suas formas detalhadas, sempre usando uma hermenêutica que ajude a discernir os cavalos e os cavaleiros registrados por João, a hermenêutica sobre o que venha a ser tais juízos — ou mesmo a análise temporal de cada um — é uma análise do próprio texto e da representação dos cavalos e dos cavaleiros. Como já mencionado, os cavalos estão caracterizados com cores diversas, enquanto que os cavaleiros com ornamentação diferenciada. Uma investigação precisa sobre a identidade dos cavalos e dos cavaleiros, as suas mensagens, os objetos e a natureza da sua conquista propicia uma abordagem diferenciada da interpretação futurista protestante.

A escatologia protestante apresenta quatro visões distintas do Apocalipse. Na perspectiva preterista, as revelações a João foram cumpridas no seu tempo. Na historicista, cada período da história corresponde a uma etapa do cumprimento da revelação. Na futurista, quase toda revelação ainda está para ser cumprida. Por fim, na idealista, a revelação apresenta-se dinâmica, portanto, sempre em curso. Todavia, na ótica do futurismo protestante, diverge-se quanto ao cavaleiro sentado sobre o cavalo branco. Há quem o aponte como Jesus. Há quem o tome como o anticristo.

Os primeiros quatro selos apresentados em Ap. 6.1-8 simbolizam as calamidades ou os juízos sobre a terra ou os seus habitantes, conforme analisado antes. O texto bíblico reforça a visão dinâmica da depravação humana como semente dos juízos que pelo homem foi e serão ceifados. A este respeito, Osborne (2014, p. 304) elucida:

Os primeiros quatro selos concentram atenção na depravação humana, a progressão dos quatro selos passa pela ambição humana pela conquista (primeiro selo), pela guerra civil (segundo selo), pela fome (terceiro selo) e, finalmente pela praga e pela morte (quarto selo). Esta é a progressão natural da desumanidade do homem com seus semelhantes. Em outras palavras, Deus simplesmente permite que o pecado humano complete o próprio ciclo,

voltando-se contra si e se autodestruindo.

A imagem dos quatro cavaleiros extraída de Zacarias 1:8-10 e de Zacarias 6:1-7 é de quatro carruagens que são puxadas por cavalos vermelhos, pretos, brancos e baios, ou cavalos vermelhos, marrons e brancos em 1:8. Em Zacarias, as carruagens percorrem toda a terra e encontram-na tranquila e em descanso, contrastando com os cavalos e cavaleiros de João, que saem para guerrear, propagar epidemias sobre a humanidade. Além disso, também há uma diferenciação entre as cores dos animais e, na tradução da Septuaginta, eles são direcionados aos quatro cantos da terra.

Segundo Osborne (2014), em Zacarias, Jeremias e Ezequiel, os temas são os mesmos: cativo, espada, fome e morte. As ações representam as ações humanas responsáveis pela maldade gerada. Logo,

Esses quatro cavaleiros andam juntos, medida que a ação passa da ambição pela conquista para a guerra civil e a fome, chegando até a praga e a morte. Nesse sentido, Deus está permitindo que a depravação deles complete o próprio ciclo, mais do que derramando o juízo sobre a terra (OSBORNE, 2004, p. 304).

Entende-se como análise detalhada a visão de cada elemento que acompanha o cavalo e o cavaleiro. A cor branca do primeiro cavalo garante ser o mesmo cavalo apresentado por João no capítulo 19 do seu livro? A identidade do cavaleiro desse cavalo é a mesma do cavalo do capítulo 19? O arco presente, sem a presença das flechas, representa os partos, povos contemporâneos de João, que eram temíveis por suas habilidades no uso deste instrumento?

Assim, o Cordeiro atua não somente como o ordenador dos juízos, mas também o executor. Por outro lado, tem-se uma parceria entre o Cordeiro e o anticristo, sendo o primeiro o ordenador e o segundo o anticristo. Segundo o Gênesis, o Criador isenta-se completamente de uma intervenção por meio de juízos sobre a terra:

O SENHOR sentiu o aroma agradável da adoração e declarou a si mesmo: “Jamais amaldiçoarei a terra por causa do homem, porquanto seu íntimo é completamente inclinado para o mal, desde o nascimento. E nunca mais destruirei todos os seres nos quais há o fôlego da vida, como fiz desta vez. Enquanto durar a terra, sementeira e colheita, frio e calor, verão e inverno, dia e noite, jamais cessarão seus ciclos naturais” (Gn. 8:21-22).

Em Ap. 6:1-8, observa-se que o Cordeiro está abrindo os selos e, assim, não pode estar sendo chamado pelo animal. Há a prerrogativa de chamar os cavalos. Porém, como pode estar

sentado no cavalo e, ao mesmo tempo, ordenando a Ele mesmo? O texto de Ap. 6.1 elimina a participação do Cordeiro como cavaleiro do cavalo branco: “Observei quando o Cordeiro abriu o primeiro dos sete selos. Em seguida, ouvi um dos seres viventes exclamar com voz de trovão: ‘Vem!’”.

Lopes (2005, p. 173) compara as diversas interpretações sobre o cavaleiro do cavalo branco, conforme demonstrando no Quadro 1.

Quadro 1. Interpretações sobre o cavaleiro do cavalo branco.

Autores	Interpretação
Adolf Pohl e Warren Wirsbe	Anticristo
William Barclay	As conquistas militares
Edward McDowell	Todo indivíduo que se empenha para conquistar o mundo
Simon Kistemaker e Georg Ladd	A pregação do evangelho em dimensões universais
William Hendriksen e Martyn Lloyd-Jones	Jesus Cristo

Fonte: Adaptado de Lopez (2005, p. 173).

Segundo Andrade (2012, p. 36), o Cordeiro é o servo de Deus, senhor da história, a romper os selos e a revelar o que era imperceptível. Em outros termos, Jesus está no comando, abrindo os selos, mas não sentado no cavalo. Porém, a opinião de que o cavaleiro do cavalo branco em Ap. 6.1-2 seja Cristo é popular, determinadamente do tempo de Irineu (202 d.C.), passando por Albert Magno (1.200 d.C.). Assim, deve-se compreender que esta pesquisa deve frisar a análise do primeiro cavalo e do primeiro cavaleiro, visto que os demais cavalos e cavaleiros são acontecimentos sucessivos, ou seja, a causa primeira que desencadeará os demais juízos.

Na ótica da depravação humana como resultado dos próprios males humanos, até no olhar do materialismo histórico e dialético, articula-se também o primeiro juízo sobre a humanidade ao interesse do homem por dominar, à ânsia pelo poder, sendo sequencial por diversos males. Em outras palavras, o mal trazido pelo cavalo branco pode ser visto como consequência dos demais males. No entanto, o Apocalipse é um livro de esperança e promete a vitória. Para Andrade (2012, p. 40), os fiéis devem enfrentar as dificuldades do presente com ânimo para participar do Reino de Deus.

2.3.1. PRIMEIRO SELO: O CAVALO BRANCO

Na passagem seguinte, quando João diz “Observei”, escreve aquilo que percebeu:

Observei quando o Cordeiro abriu o primeiro dos sete selos. Em seguida, ouvi um dos seres viventes exclamar com voz de trovão: “Vem!”. Olhei, e diante de mim estava um cavalo branco, e seu cavaleiro empunhava um arco, e foi-lhe outorgada uma coroa; e ele cavalgava altaneiramente, como vencedor, determinado a vencer.” (Ap. 6:1-2).

Tal percepção pode ter resultado de uma visão mística ou ainda de um êxtase da alma, como em Ap. 4:1-2 e Ap. 5. Também pode provir da elevação do seu espírito, saindo do corpo para lugares celestiais, como em Ap. 1:11. Essa mesma percepção do autor aparece também nesse texto e em outros capítulos do livro, como Ap. 6:5-8, Ap. 14:1-14 e Ap. 19:11.

Observa-se claramente quem tem o poder para abrir o selo, o Cordeiro, ao qual o autor se referiu como o leão da tribo de Judá, a raiz de Davi, o Cordeiro (Ap. 5:1-4). João também identifica Jesus como o Cordeiro no seu evangelho (João 1:29). Assim, os juízos sobre a terra, colhidos pelos homens na coletividade e individualidade, estão sujeitos à vontade permissiva do Cordeiro.

O convite para a vinda do cavalo e do cavaleiro vem de um dos seres viventes. Esse convite foi expresso pelo ser vivente usando voz de trovão, uma representação da voz do divino, destinado ao cavalo e ao cavaleiro, e não ao Cordeiro, que abria o selo. Não foi um convite ao Cordeiro nem ao vidente João. Isto desfavorece a interpretação de o Cordeiro ser o cavaleiro montado no cavalo branco.

Em muitas culturas, o cavalo é símbolo de impetuosidade e impulsividade relacionadas com os desejos humanos, além de ser associado com água e fogo por ser muitas vezes incontrolável. Também simboliza a velocidade usada na comunicação. Em Zc. 1:8-10, com bastante brevidade, os cavaleiros percorrem toda a terra. Tal velocidade pode ser uma alusão à rapidez com que o mal domina os homens.

Numa representação da legitimidade do poder, a cor branca é uma menção à realeza, ao poder, ao domínio, à vitória. Mesmo sendo um juízo, o poder tem o reconhecimento das pessoas. Ele é outorgado pelos dominados. As autoridades são legítimas.

O arco pode ser uma referência aos partos, povos com bastante habilidade no uso do cavalo de guerra. Em geral, manuseavam arco e flecha e eram precisos nas suas pontarias. Por isso, havia certo temor dos romanos em relação a esse povo. O poder devastador dos partos representava o poder estabelecido pela classe dominante. Eles eram os inimigos mais temíveis do império romano. Eram uma esperança de libertação para todos os povos subjugados ao império romano.

Quanto à divergência entre os protestantes adeptos da interpretação futurista sobre o personagem montado no cavalo branco, Pohl (2001, p. 173) argumenta que quem acredita que

é o próprio Cristo se baseia na semelhança com o cavaleiro presente em Ap. 19:14. Por sua vez, quem identifica o cavaleiro com o anticristo descarta a ideia de que Cristo não traz mal algum para a humanidade:

Desde a Antiguidade este cavaleiro branco também foi interpretado como sendo Cristo, de acordo com a passagem muito evidente de Ap. 19:11-16. Aquele cavaleiro branco, porém, distingue do pressentimento analisado pelo seu séquito totalmente diferente (Ap. 19:14), que lidera seus colegas vermelho, negro e pálido. Cristo jamais traz guerra, fome e peste. Sua arma igualmente jamais é o arco, mas sempre a espada de juiz que lhe sai da boca (Ap. 1:16; 2:12; 16; 19:15, 21). E finalmente, nesta leitura da visão, Cristo estaria presente ao mesmo tempo como Cordeiro (v.1) e como cavaleiro branco, dando ordem a si próprio para vir (POHL, 2001, p. 173).

No entanto, ao aludir ao anticristo como o cavaleiro do cavalo branco, é-lhe dada a representação do contraposto de Cristo. Então, ao ler Ap. 13:7, infere-se que o anticristo tem a mesma capacidade de vitória como a do presente trecho.

As características e as ornamentações do cavalo branco e do cavaleiro podem ser usadas para identificar tanto o Cristo como o anticristo. O texto inicia dizendo que o cavaleiro sai para vencer. Na verdade, tanto Cristo como o anticristo, desde o princípio, apresentam-se como vencedores coroados para também repetida e irresistivelmente conquistar a vitória. Quem sabe seja esta a explicação para mostrar que ambos os personagens têm seguidores: “Quem é semelhante à besta? Quem pode pelejar contra ela”? (Ap. 13:4).

O arco na mão do cavaleiro consiste noutro ornamento mostrado no texto e pode ser relacionado a um dos dois capítulos sobre o anticristo no Antigo Testamento, a saber, em Ez. 39, texto acolhido por João em Ap. 19:17-21, em que o arco aparece também na mão do inimigo de Deus.

Também a cor branca repetidamente desempenha uma função, quando surge o anticristo. Contudo, não é apenas a cor da vitória, mas, de acordo com Ap. 1:14, Ap. 3:4,5,18 e Ap. 14:4, simultaneamente a cor da pureza e da luz. No caso da representação do anticristo, trata-se de uma inocência encenada, fingida, de uma luz falsa, porque ele é um deslumbrador, possuidor de um poder legítimo, mesmo não do bem.

O próprio Cordeiro é quem chama o cavaleiro branco para fora (v. 1, 3, 5, 7). Dessa forma, torna-se claro que não é Cristo quem aparece como causador imediato de guerra, fome e epidemia. Pelo contrário, como atribui a entrada do mal à serpente, ao diabo, ao anticristo, tudo seria obra dele.

No entanto, há como associar à visão futurista negativa uma abordagem de esperança

para a comunidade, desde que se acredite que a influência maligna exercida desde o Éden na humanidade esteja ligada à tal interpretação. Para Champlin (1998, p. 462), há aqueles que pensam que isso simboliza a guerra. De modo geral, creem que a história humana está repleta de tortura da guerra devido aos atos pervertidos dos homens.

Na expressão “foi-lhe outorgado uma coroa”, há uma simbologia nítida do estabelecimento do poder. Champlin (1998, p. 463) afirma que o termo grego aqui traduzido por cora é *stephanos*, que, nos tempos antigos, correspondia aos louros dos vitoriosos. Observa-se ainda que o poder está determinado a ser exercido, a ser vitorioso.

Na história da humanidade, a luta pelo poder tem sido inegavelmente o embrião de todos os males tanto numa ótica científica como numa observação do texto bíblico. A ciência conduz ao entendimento da dialética histórica, em que o domínio das coisas e a posse de algo evidenciam o direito da proteção, pois, certamente, outros não têm o direito de desfrutar aquilo que pertence a outra pessoa sem a permissão do proprietário. Sob o mesmo prisma, diz-se que a posse induziu os homens a formarem classes antagônicas, ou seja, uma classe que possui e outra classe que não possuía.

Numa ótica crítica da formação da sociedade civil, a origem dos conflitos sociais inicia-se com a posse das coisas, ou seja, o poder sobre algo. Isso harmoniza com o primeiro mal destinado à humanidade pelo cavalo branco e liberado pela abertura do primeiro selo. De acordo com Rosseau (2001, p. 63), a posse das coisas originou os demais conflitos sociais. Quando o homem cercou um terreno, lembrou-se de dizer “Isto é meu” e encontrou pessoas bastante simples para acreditar nisso. Esse foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Assim, quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não se teriam evitado ao gênero humano, se houvesse o entendimento de que a terra e os frutos são de todos.

O apóstolo Tiago parece ter inspirado o pensamento acima. Em sua epístola, ele afirma que a origem dos conflitos entre os homens vem das ambições do homem:

De onde vêm as batalhas e os desentendimentos que há entre vós? De onde, senão das paixões que guerreiam dentro de vós. Cobiçais e nada tendes. Matais e invejais, porém não conseguis obter o que desejais; viveis a brigar e a promover contendas. Todavia, nada conquistais, porque não pedis (Tg. 4:1-2)

Percebe-se que o homem passou do estado de vida natural, onde tudo era comum a todos para o estado de sociedade, ou estado de civilização, devido à posse das coisas. Somente depois disso, alguém passou a escravizar outros homens, utilizando a força, criando

a propriedade privada e o Estado e suprimindo a liberdade natural. Portanto, a desigualdade, ricos e pobres, governantes e governados foram a fonte primeira de todos os males sociais, a origem primordial de todas as outras desigualdades, da qual surgiram a exploração e a escravidão. Essa mudança de comportamento social do homem foi uma ruptura. Como efeito, o homem distanciou-se da sua essência. A sociedade, então, condenou-o a todos os tipos de crime, inveja, cobiça, guerras, mortes, horrores, sede de poder e vaidade. A alma do homem foi-se deturpando de tal forma, que hoje ele está irreconhecível.

Então, o cavalo e o cavaleiro do primeiro selo apresentam-se como um corcel que inaugura uma corrida para a degeneração ou a depravação da humanidade iniciada com a imposição do poder, seguido respectivamente por outros três animais de cores diferenciadas, os cavalos de cores vermelha, amarelo-esverdeada e preta, com simbologias que se traduzem nos juízos sequenciais.

Osborne (2014, p. 309) explica que a coroa e o arco em Ap. 6:2 podem corresponder a símbolos de Apolo, um deus associado à profecia e à adivinhação. Para esse autor, no entanto, é melhor interpretar a imagem de uma maneira mais genérica. Nesta perspectiva, os cavalos e os cavaleiros denotam o desejo humano pela guerra e as suas consequências, isto é, os quatro selos interconectam-se. O juízo de Deus é permitir que a depravação humana siga o seu curso. Não são as forças divinas nem as demoníacas, e, sim, as humanas que produzem os juízos. Na concepção de Bortoloni (1994, p. 59), o primeiro cavalo representa a ganância presente na história. Jesus abre os olhos para que se descubra que as origens de todas as relações sociais se instalaram na cobiça e no desejo de dominar.

2.3.2. O SEGUNDO SELO: O CAVALO VERMELHO

O primeiro cavalo e o seu cavaleiro são a base da compreensão dos demais cavaleiros vistos na abertura dos selos seguintes. Os demais cavaleiros montados nos cavalos vermelho, preto e pálido fazem parte do séquito do deslumbrador branco.

Quando Ele abriu o segundo selo, ouvi o segundo ser vivente bradar: “Vem!”. Então, partiu outra cavalgadura, um cavalo vermelho; e ao seu cavaleiro, foi concedido o poder de tirar a paz da terra, de modo que os homens matassem uns aos outros. E lhes foi entregue também uma grande espada (Ap. 6:3-4).

Champlin (1998, p. 464) afirma que o cavalo vermelho pode ser uma representação de Marte, o planeta vermelho, que era o deus da guerra na concepção dos antigos. O vermelho é

a cor do sangue e sugere derramamento de sangue. A grande espada subentende a mesma coisa. Assim como o primeiro cavalo, o segundo inicia com Cristo rompendo o selo e o segundo ser vivente ordenando a vinda do cavalo. Isso pode expressar claramente o controle divino sobre os juízos. Mesmo que tais juízos não sejam executados pelas mãos do Criador, estão sob o seu controle.

Osborne (2014, p. 310) afirma que Deus permite que a depravação humana complete o seu ciclo. Sendo assim, cada cavalo representa um aspecto da depravação e leva ao seguinte. Então, a ambição pela conquista do poder do cavalo branco converte-se em guerra civil, na figura do cavalo vermelho. À medida que a depravação humana se volta contra si, torna-se autodestrutiva.

Este segundo cavalo simboliza o terrível derramamento de sangue e o morticínio a serem realizados no mundo. Osborne (2014, p. 311) afirma que essa cor aparece de novo em Ap. 12:3, como a cor do grande dragão. O significado é também o ódio do dragão contra o povo de Deus, que leva à matança do povo.

O cavaleiro recebe permissão para três ações: (a) tirar a paz da terra, (b) induzir as pessoas a matarem-se umas às outras e (c) utilizar a espada para realizar o seu propósito. Para Osborne (2014, p. 311), a guerra torna-se a grande espada. Às vezes, este termo é usado em referência à faca ou ao punhal afiado, uma arma romana que se carregava na bainha da cintura. Porém, em relação ao segundo cavalo e ao seu cavaleiro, indica a espada romana, um símbolo de força militar e poder sobre a vida e a morte que os romanos reivindicavam exclusivamente para si.

Osborne (2014, p. 312) explica que

É provável que a passagem faça referência às guerras e rumores de guerra de Mc.13:7-8, que não são o final, mas o princípio das dores. A passagem de Ap.3:3-4 descreve a propensão humana à guerra e à matança de outros seres humanos. O substantivo com o artigo: a paz torna concreta a ideia que expressa a paz civil pela qual todas as pessoas anseiam. O aspecto guerra civil é visto especialmente na oração seguinte, quando as pessoas se matam mutuamente. O verbo matar é muito forte nesse contexto. Ele não significa simplesmente matar, mas massacrar uns aos outros, o que é uma indicação clara de guerras. A ordem segue em Mc.13:7, quando guerras e rumores de guerras levam nação a se levantar contra nação e reino contra reino.

Para Bortoloni (1994, p. 59), a dominação política impõe-se pela ganância de poder. A violência é filha da ganância, e uma sociedade gananciosa põe no alto os poderosos e esmaga os pequenos. Quando se elege a ganância como princípio que regula as relações sociais, as pessoas matam-se entre si para ter mais.

Por conseguinte, parece induzir-se ao entendimento dos males previstos nesse juízo, porque o cavalo vermelho representa a guerra e o exercício do poder trazido pelo cavalo branco e o seu cavaleiro gerou condições caóticas que se manifestam nas agitações civis e numa anarquia em vasta escala entre todas as nações. O ego humano afasta a influência do Espírito Santo e conduz os homens a exibirem a sua verdadeira natureza, como feras que são. Sem Deus e sem consciência, eles revelam o seu verdadeiro caráter, sem a redenção.

2.3.3. O TERCEIRO SELO: O CAVALO PRETO

Na secção do terceiro selo, a fórmula introdutória é a mesma, como se observa abaixo:

Quando o Cordeiro abriu o terceiro selo, ouvi o terceiro ser vivente convocar: “Vem!”. Então, reparei e eis um cavalo preto e o seu cavaleiro ostentava na mão uma balança. Então, ouvi o que parecia uma voz grave, vinda dentre os quatro seres viventes, exclamando: “Um quilo de trigo por um dinheiro, e três quilos de cevada também por um dinheiro, mas não destruas o azeite e o vinho!” (Ap. 6:5-6).

O Cordeiro abre o selo e o terceiro ser vivente chama o cavalo. Contudo, percebe-se uma diferença, pois João acrescenta o termo: “e vi”, que também usa no versículo Ap. 6:8, mas não no versículo anterior. Isso pode ser explicado com o facto de os primeiros cavalos estarem interligados através do poder e da guerra, enquanto que os dois cavalos seguintes são consequências das primeiras ações. A fome e a morte resultam da ambição do poder e da guerra gerada (OSBORNE, 2014, p. 312).

As interpretações históricas julgam que o terceiro selo já teve cumprimento no decorrer da história, nos tempos do império romano, nos dias de Domiciano, que baixou um decreto contra o luxo e ordenou a metade dos vinhedos da Ásia Menor e de outras províncias fosse desarraigada. Isso visava favorecer os vinhateiros italianos e reduzir o luxo fora da Itália (CHAMPLIN, 1998, p. 465).

Champlin (1998, p. 464) analisa que muitas predições judaicas mencionavam fome nos últimos dias. Registrou-se uma grande fome no tempo de Cláudio. Esse acontecimento foi predito pelo profeta Gabo (Ver At. 11:28), mas não tem relação com o terceiro selo. A fome pode ter ligação com a tribulação e a agonia em geral.

Não é equivocada a interpretação do cavalo negro como sendo a fome. Em Ap. 6:8b¹⁶ e Lm. 4:8¹⁷, fazem referências diretas à fome. De acordo com o profeta Ezequiel, em Ez. 4:10 e 11,16¹⁸, a balança aponta para o racionamento consequente da guerra. Ter de comer o pão mediado por balança significa sofrer carências. A palavra explicativa que João percebe solidifica esse resultado. Um quilo de trigo por um dinheiro era um preço aumentado de oito a doze vezes. Consumia-se todo o salário de um dia (Ver Mt. 20.2)¹⁹ com a necessidade básica diária de um trabalhador. Esse preço significava fome, se se precisasse de suprir as demandas de uma família com alimento, roupa e abrigo. Em Gn. 41:49, revela-se que, quando as coisas abundam, nenhuma medição é cuidadosa, mas é necessária. Em Lv. 26:26, mostra-se exatamente o oposto.

Exceto em regiões pobres, atesta o trecho “três quilos de cevada por um dinheiro”. É sabido que a cevada era dada como comida para cavalos e burros. Agora, via-se na mesa da família pão inferior de cevada. Será que essa epidemia de fome foi acarretada por colheitas frustradas? É o que o terceiro período pode esclarecer: “mas não destruas o azeite e o vinho!”. Nas oito vezes em que ocorre, o vinho é sempre usado como um conceito negativo. Em Ap. 14:8, Ap. 17:2 e Ap. 18:3²⁰, o vinho é uma metáfora para a vida luxuosa e imoral. Fazem parte deste contexto também Ap. 14:10, Ap. 16:19 e Ap. 19:15. Em Ap. 18:13, vinho e azeite são arrolados entre os artigos de luxo dos ricos. Aparentemente, alude-se à circunstância de os ricos garantirem o seu luxo, enquanto a população passa fome. Eles possuem as suas fontes de abastecimento, não precisando abrir mão de nada. Talvez fosse possível prover alimento suficiente para todos. Assim, ninguém enfrentaria a fome. Porém, a indiferença, o egoísmo e a corruptibilidade corroeram e destruíram a responsabilidade social. À fome associa-se o ódio.

Segundo Champlin (1998, p. 465), o homem colhe o que planta. As guerras destroem objetivos civis, além de militares, lançam o caos na produção agrícola e desequilibram o suprimento normal de alimentos. Todos sofrem independentemente das condições socioeconômicas, das crenças ou das origens étnicas. Não há limites para as perversões da mente humana, que está afastada de Deus e em hostilidade contra Cristo. Essa habilidade será punida, quando Deus permitir que os homens se destruam a si mesmos.

¹⁶ No próprio texto de Ap. 6:8, a fome será causadora da morte.

¹⁷ Em Lm. 4:8, o profeta Jeremias apresenta um quadro de sofrimento e morte a assolar o povo de Israel, gerado pela fome.

¹⁸ O profeta Ezequiel apresenta um racionamento em Israel, consequente da guerra.

¹⁹ Essa é uma referência do evangelista Mateus ao salário do trabalhador, que certamente devia alimentar toda a família. No entanto, observa que o trabalhador garantia alimento apenas para si próprio.

²⁰ Referências paralelas em Apocalipse apresentam o vinho como artigo de luxo.

Bortoloni (1994, p. 60) comenta que o terceiro cavalo e o seu cavaleiro esvaziam o bolso do povo. Isso faz uma referência ao arrocho sobre quem trabalha e não tem como defender a vida. A ganância gera a violência, esta provoca a exploração econômica e, diante disso, os pobres não têm como sobreviver por causa do poder da balança.

2.3.4. O QUARTO SELO: O CAVALO ESVERDEADO

A cor do cavalo amarelo é a cor do cadáver, lembrando a aparência doentia e contrastando decisivamente com o frescor da vida. A observação subsequente não deve levar à ideia de dois cavaleiros, de modo a alcançar o número de cinco cavaleiros apocalípticos. E o seu cavaleiro é chamado Morte e está sendo seguido por Inferno, conforme o trecho a seguir:

Quando Ele abriu o quarto selo, ouvi a voz do quarto ser vivente clamar: “Vem!”, olhei, e diante de mim estava um cavalo amarelo pálido. Seu cavaleiro chamava-se Morte e o lugar dos mortos o seguia de perto. Foi-lhes dado o poder sobre um quarto de toda a terra, a fim de que matassem à espada, pela fome, por meio da pestilência e pelos animais selvagens da terra (Ap. 6:7-8).

“Morte e Hades” representam também em Ap. 1.18 e Ap. 20.13 um pleonasma para uma única realidade. Assim, João vê a morte e a sua sombra ou a morte e a sua mão direita. Naturalmente, ambos estão sendo imaginados como pessoas, como também em Os. 13:14 (Cf. 1Co. 15:55). Eles manuseiam o ferrão e o agulhão como se fossem boieiros.

Hades, o reino da morte, é personificado nesse texto. Originalmente, Hades era o deus grego do mundo inferior, sendo essa a origem do termo. Hades e Plutão são apelativos paralelos para o mesmo conceito mitológico entre gregos e romanos. Em Ap. 5:13, Ap. 1:18, Mt. 16:18 e Lc. 16:23, a expressão significa o espaço debaixo da terra. Em I Pe. 3:18-20 e I Pe. 4:6, Cristo desce ao Hades, como lugar de habitação dos espíritos desencarnados.

Sobre a cor amarela do quarto cavalo, Champlin (1998, p. 465) explica:

O adjetivo *chloros* é o termo grego variegadamente traduzido. Homero aplicou essa palavra ao mel e Sófocles a areia. Tucídides utilizou-se da mesma para indicar pessoas atacadas de certa praga; e Homero também a usou para indicar a palidez do rosto de uma pessoa atemorizada. Parece que Homero queria indicar a ausência de cor e não a presença de qualquer cor particular. No N.T. a cor tencionada é usualmente o verde, isso pode ser visto em Mt.6:39; Ap.8:7 e 9:14. A tradução de Goodspeed diz cor de cinza. Talvez a tradução de Moffat, lívido, seja a melhor, porquanto trata-se de uma palavra que era utilizada para indicar a cor de sangue dos cadáveres; e esse

cavalo representa a morte. Hipócrates também usa esse vocábulo para indicar isso, a carne descolorida de pessoas gravemente enfermas.

O quarto cavaleiro representa o flagelo da Antiguidade, a peste, que disseminava medo e pavor e era mais forte que imperadores e exércitos. Justamente em tempos de guerra, os soldados e a sua bagagem introduziam germens de toda sorte de epidemias, e as pessoas tornavam-se especialmente vulneráveis por estarem subnutridas. Deste modo, a morte ceifava em abundância e foi-lhe dada autoridade sobre a quarta parte da terra, um dado numérico que representa grande parte da população atingida com medida punitiva.

Champlin (1998, p. 465) considera que há apenas um cavaleiro, chamado por dois nomes. Para o autor, João não quis dizer que fossem dois cavaleiros, mas apenas um chamado Morte e também chamado Hades. Por sua vez, Bortoloni (1994, p. 61) assevera que o quarto cavalo e o seu cavaleiro vêm acompanhados de uma cavalaria infernal, o mundo dos mortos, semeando a morte no meio do povo. Tudo isso é visto como resultado final da ganância transmitida pelo primeiro par de cavalo e cavaleiro, que gera a violência através do segundo par, que provoca a fome por meio do terceiro, que termina na morte.

2.4. OPORTUNIDADES DE ESCOLHAS

No que tange à liberdade de escolha, parece impossível evitar os males ou os juízos advindos sobre a humanidade ou especificamente cada indivíduo. Isso nos remonta à ideia de que, após o pecado edênico, todas as pessoas tendenciosamente agem sempre na escolha do mal, porque todos, no dizer do apóstolo Paulo, estão destituídos da glória de Deus (Rm. 3:23) e propícios somente à prática do mal, pois ninguém há que faça o bem (Rm. 3:10). Numa figuração determinista, todos estariam plenamente isentos da culpa, visto que as suas escolhas ruins não seriam responsabilidades suas, mas da sua própria natureza, herdada dos seus pais. Assim, Adão, o ancestral comum, torna-se responsável por transmitir o pecado à humanidade. O apóstolo Paulo refere-se a isso: “Concluindo, da mesma forma como o pecado ingressou no mundo por meio de um homem, e pelo pecado a morte, assim também a morte foi legada a todos os seres humanos, porquanto todos pecaram” (Rm. 5:12).

No entanto, pode-se ver que, mesmo após a queda, o homem goza de plena faculdade de escolha. O seu livre-arbítrio não foi afetado pela queda. Assim, é totalmente responsável por suas preferências. Ainda no Éden pós-queda, o homem gozou de plena liberdade para escolher, visto que, quando o Criador dele se aproximou, ele estava dele escondendo-se.

Estava fora do seu alcance não querer fitar o criador, mesmo que estivesse impulsionado pela tristeza sentida pela desobediência:

Naquele dia, quando soprava a brisa vespertina, o homem e sua mulher ouviram o som da movimentação de Yahweh Deus, que estava passeando pelo jardim, e procuraram esconder-se da presença do SENHOR, entre as árvores do jardim. Mas o SENHOR Deus convocou o homem, indagando: “Onde é que estás? O homem declarou: “Ouvi o som do teu caminhar no jardim e, vendo que estava nu, tive receio; por essa razão me escondi!” (Gn. 3:8-10).

Numa análise dos textos seguintes do Apocalipse, não sendo extinta a escolha do homem, verifica-se que o Criador oferta ao homem o direito de mudar a sorte da humanidade ou de cada indivíduo. Depois de apresentar o quadro dramático em que a igreja de Éfeso se encontra diante de Deus por sua desobediência, João tece advertências para a igreja metamorfosear-se através do arrependimento: “Recorda-te, pois, de onde caíste, arrepende-te e volta à prática das primeiras obras. Porquanto, se não te arrependeres, em breve virei contra ti e tirarei o teu candelabro do seu lugar” (Ap. 2:5).

Na sequência das apresentações dos demais selos, João revela um quadro das almas no porvir em estado de glorificação, como resultado de que, durante o seu período de tribulação, lavaram as suas vestiduras no sangue do Cordeiro. No texto, há uma compreensão de que não somente lavaram, mas, de facto, escolheram o Cordeiro com a representação da salvação na sua mensagem, mas também optaram por alvejarem, que dizer se esforçaram para que as suas vestes apresentassem o máximo de brancura possível:

Então um dos anciãos me indagou: “Quem são e de onde vieram todos estes que estão vestidos com túnicas brancas?” E eu lhe respondi: “Ó meu Senhor, tu o sabes”. Então ele afirmou: “Estes são os que vieram da grande tribulação e lavaram as suas vestes e as alvejaram no sangue do Cordeiro” (Ap. 7:13-14).

Durante todo o período de sofrimento da humanidade por causa das suas preferências, sempre existe a oportunidade para que os homens mudem a sua sorte. Ao observar o toque da sexta trombeta do Apocalipse, em que a humanidade padece as mazelas das suas próprias ações, ainda há no sexto toque os infortúnios por causa das forças sobrenaturais negativas. No entanto, o autor do Apocalipse lega o entendimento de que, durante tais sofrimentos, foi ofertado aos homens a chance de arrependimento, o que pode indicar uma opção para evitar tais infortúnios:

O restante da humanidade que não morreu por causa desses flagelos, nem mesmo diante disso se arrependeu das más obras de suas mãos, deixando de adorar os demônios e os ídolos de ouro, prata, bronze, pedra e madeira; ídolos que não conseguem ver, nem ouvir, nem andar, da mesma forma, não se arrependeram dos assassinatos cometidos, das suas feitiçarias, da sua perversão sexual e de todas as formas de apropriação indébita. (Ap. 9:20-21).

Os homens não podem abrigar-se na natureza má herdada do seu ancestral, bem como não devem transferir a culpa para esse ancestral. Conquanto se diga que toda a humanidade padece por causa de Adão, não significa que todos estão em estado cadavérico e que não possam ouvir por estarem mortos. Quando anuncia que todos que ainda não tiveram um encontro com o Senhor estão mortos, o apóstolo frisa que a humanidade está morta por suas transgressões e pecados (Ef. 2:1). Na referência da morte como alusão ao pecado, tem-se a corroboração do evangelista Mateus, quando cita um conselho de Jesus para o jovem rico: “Deixa os mortos sepultarem seus próprios mortos” (Mt. 8:22). Certamente, Jesus não estava a ser paradoxal. Numa interpretação literal, um morto teria de conduzir outro até ao funeral. Porém, o que realmente se entende é que Jesus anuncia que aquele pecador deve ser levado até ao sepultamento por seus pares. Também é bastante exaustiva a mensagem das Escrituras quanto ao convite ao renascimento como novo formato de vida. Isto é observado no encontro de Jesus com o mestre Nicodemos, conforme registrado em João 3:3 e numa apresentação paulina na carta aos coríntios: “Aquele que está em Cristo nova criatura é” (II Co. 5:17).

Excluída a coação como elemento motivador, o homem somente responde a sua vontade no querer realizar os seus atos. Não houve coação no Éden, no tocante à transgressão humana ao desígnio divino. Na convivência diurna com o fruto, o homem podia contemplá-lo, mas não foi motivado à desobediência pela ordenação proibitiva. Todavia, não foi coagido por um ser sobrenatural na representação da serpente como um ente mal.

Mesmo em estado de desobediência, a humanidade é dotada de plena faculdade de escolha. O seu livre-arbítrio não sofreu perda por causa da desobediência adâmica. Em sua epístola, o apóstolo Paulo menciona a ignorância má do homem como fruto da sua decisão de suprimir a verdade e optar pelo engano. Por isso, não há isenção da culpa para os homens diante dos erros cometidos. O apóstolo afirma que o homem decide a quem que servir e cada um ceifa o fruto do serviço escolhido: “Não estais informados de que a vos entregardes a alguém como escravos para lhe obedecer, sois escravos deste a quem obedeceis, seja do pecado para a morte, seja da obediência que leva à justiça?” (Rm. 6:16).

Entretanto, o entendimento de que as escolhas humanas decidem o porvir da própria humanidade parece fugir à ótica do decreto divino. Na citação do apóstolo Paulo, observa-se que a eternidade de cada pessoa é de escolha celestial, porque as pessoas em particular são agraciadas com o dom da fé, ou seja, uma dádiva vinda do alto. Apesar de o apóstolo Tiago mencionar que o exercício da fé é que garante que tal fé seja verdadeira, a fé “por si só, se não for acompanhada de obras, está morta (Tg. 2:17).

Os homens possuem plena liberdade de escolha nesta dimensão de existência entre os viventes, nas relações interpessoais. No entanto, há uma restrição do exercício dessa liberdade quanto aos efeitos gerados. Toda a garantia do porvir está depositada na vontade soberana do Criador. Então, os frutos colhidos pelo homem advêm do livre-arbítrio. Para o apóstolo Paulo, o homem tem o direito de decidir com quem ou com o que quer relacionar-se: “A mulher está ligada ao seu marido enquanto ele viver. Porém, se o seu marido morrer, ela estará livre para se casar com quem desejar, contanto que ele pertença ao Senhor” (I Co. 7:39).

O direito de ofertar para o sustento da comunidade eclesial citada pelo apóstolo Paulo apresenta um ato de liberalidade de poder doar. Posso testemunhar que contribuíram de livre vontade, na medida dos seus bens e até mesmo acima disso (II Co. 8:3). O apóstolo enfatiza a voluntariedade no doar mais: “Cada pessoa coopere conforme tiver proposto em seu coração, não com pesar ou por constrangimento, pois Deus ama o doador que contribui com alegria” (II Co. 9:7). A liberalidade paulina também é observada na carta a Filemom, em que o apóstolo apresenta a decisão do seu amigo como ato de consentimento: “Todavia, não quis fazer nada sem o teu consentimento, para que qualquer favor que venhas a fazer seja fruto da tua espontaneidade e não por constrangimento” (Fl. 14).

Jesus lamentou o estado das pessoas que o rejeitaram, responsabilizando totalmente o povo na figuração do lamento por Israel, por sua escolha: “Ó Jerusalém, Jerusalém, que assassinaste os profetas e apedrejas os que te são enviados! Quantas vezes Eu quis reunir os teus filhos, como a galinha acolhe os seus pintinhos debaixo das suas asas, mas vós não o aceitastes!” (Mt. 23:37). O conselho divino sempre apela para que os homens escolham fazer o bem e rejeitem a prática do mal. Há uma exemplificação perfeita posta para o povo de Israel numa citação de Moisés, apresentada como proposta para escolher entre a vida e a morte. Ele apela que a escolha da vida implica uma escolha de uma prática de vida em obediência aos princípios divinos estabelecidos:

Hoje invoco o céu e a terra como testemunhas contra ti, de que apresentei claramente diante de ti os caminhos da vida e da morte; a bênção e a

maldição. Escolhe, pois, o caminho da vida, para que viva plenamente, tu e tua descendência, amando a Yahweh teu Deus, obedecendo à sua voz e apegando-te, ó Israel, a Ele. Porquanto disso depende a tua vida e o prolongamento dos teus dias. E assim poderás habitar sobre este solo que Yahweh jurou dar a teus pais na antiguidade: Abraão, Isaque e Jacó! (Dt. 30.19).

O livro do Apocalipse tem a sua mensagem voltada para dar esperança a uma comunidade que ora enfrentava bastantes perseguições por ter preferido uma prática de vida que contrariava interesses políticos, econômicos, sociais e religiosos e, ao mesmo tempo, apresentava um paradoxo, isto é, a humanidade diante das consequências das suas escolhas. Todo o sofrimento da humanidade tem sido fruto da ânsia de poder dos homens, gerando guerras advindas da disputa pelo exercício do poder de uns sobre outros, com dedicação exclusiva para a sustentação desses conflitos. Nesse contexto, a fome surge como sequela da falta de dedicação da humanidade para a atividade básica de envolver-se somente na manutenção do sistema ora posto, ou seja, o conflito gerado em todos os aspectos da vida humana. Isso legou à humanidade o colhimento daquilo que plantou — por assim dizer, o cumprimento da lei da sementeira humana. Assim, a morte passou a todos os homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São diversas as interpretações sobre o livro de Apocalipse, especialmente na tentativa de encontrar um sentido racional para o capítulo 6. A abertura dos selos anuncia os diversos flagelos a serem lançados sobre a humanidade. As interpretações sobre a representação dos cavalos e os cavaleiros nem sempre ocorrem de forma harmonizada. Desde os pais da igreja, surgiram algumas escolas expondo as suas visões sobre o texto apocalíptico. No entanto, essas escolas desenvolveram, de modo individual, visões preterista, historicista, futurista e idealista na tentativa de contextualização dos factos narrados por João no Apocalipse.

No entanto, ao referir-se aos selos do Apocalipse como castigos sobre os homens por forças externas, parece ser um ato de pusilanimidade, em que se nega a responsabilidade humana sobre os atos praticados. Não seria Deus numa representação do seu Cordeiro, sentado sobre o cavalo branco, nem mesmo o anticristo estaria usando o arco para lançar flechas malignas sobre a humanidade. Nenhum parece ser responsável pela presença dessas calamidades trazidas ao mundo pelos cavalos e cavaleiros descritos por João. Logo, o mal e o bem colhidos pelo homem, incluindo juízos temporais e duradouros, são frutos das ações humanas.

Observa-se precisamente uma correlação significativa entre pecado e punição segundo o pensamento bíblico. Deus não retira o castigo de um lugar qualquer, como se fosse imposto ao pecado como um segundo fator. Pelo contrário, o próprio pecado volta-se contra o pecador, acha-o e torna-se o castigo dele. Deus faz com que as atitudes do pecador recaiam sobre a sua própria cabeça, de modo a haver uma identidade entre pecado e castigo.

Neste sentido, a palavra profética inevitavelmente trata de guerras e consequências de guerras, como pragas de Deus para um mundo anticristão, sendo que, em momento algum, se deve pensar que Deus introduz esses fenômenos no mundo. As guerras não se originam do mundo dele, mas do mundo terrestre. Guerras ferem todos os dez mandamentos de Deus e são malignas. Contudo, quando o mal exerce o seu domínio, a razão é que Deus está presente como juiz e permite que o homem colha o seu próprio juízo. Deus entregou-os a uma disposição mental reprovável, para praticarem coisas inconvenientes. Logo, as análises revelam que o oráculo divino não descarrega sobre a terra maldade, morte e flagelo, uma vez que a maldade é intrínseca ao coração do homem e as diretrizes das suas escolhas norteiam a destruição da humanidade.

Apesar de trazer respostas relevantes, a pesquisa abre espaço para os novos estudos, como, por exemplo:

- a) Avaliar o texto profético à luz do contexto social, como nova ordem presente; e,
- b) Avaliar o texto profético à luz da degeneração da humanidade no atual contexto;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995.

ALBERTIN, Francisco. **Explicando o Apocalipse**. Aparecida, São Paulo: Editora Santuário, 2013.

ALLEN, Clifton J. **Comentário Bíblico Broadman: novo testamento**. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1987.

ALMEIDA, João Ferreira de. **Bíblia Sagrada. Edição Revista e Corrigida**. Barueri, São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

ANDRADE, Aila Luzia Pinheiro de. **Eis que faço novas todas as coisas: teologia apocalíptica**. São Paulo: Paulinas, 2012.

APÓCRIFOS e Pseudo-epígrafos da Bíblia. São Paulo: Fonte Editorial Ltda., 2005.

AQUINO, Tomás. **Suma teológica. 2ª Edição**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

ARENS, Eduardo; MATEOS, Manuel Diaz. **O Apocalipse a fora da esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

BARCLAY, William. **Apocalipsis**. Buenos Aires, Argentina: Asociación Editorial La Aurora, 1975.

BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

BÍBLIA. **Bíblia brasileira de estudo: Almeida Século 21**. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Hagnos, 2016.

BÍBLIA King James Atualizada. São Paulo: SBIA & Abba Press, 2012.

BÍBLIA Shedd. Almeida Revista e Atualizada. Tradução por João Ferreira de Almeida. 2ª Edição. São Paulo: Vida Nova, 1997.

BORTOLINI, José. **Como ler o apocalipse: resistir e denunciar**. São Paulo: Paulus, 2014.

CHAMPLIM, Russell Norman. **O Novo Testamento Interpretado: versículo por versículo**. São Paulo: Milenium, 1988.

CHO, David Yonggi. **O Apocalipse: visões de nossa vitória final em Cristo**. São Paulo: Bompastor Editora Ltda, 1991.

COLLINS, John J. **A imaginação apocalíptica: Uma introdução à literatura apocalíptica judaica**. São Paulo: Paulus, 2010.

CULVER, Robert D. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Shedd Publicações, 2012.

DUNNETT, Walter M. **Panorama do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2005.

ENCICLOPÉDIA da Bíblia. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2008.

ENCICLOPÉDIA de Bíblia, Teologia & Filosofia. 12ª Edição. São Paulo: Hagnos, 2014.

ENNS, Paul, **Manuel de Teologia Moody**. São Paulo: Editora Batista Regular do Brasil, 2014.

EUSÉBIO DE CESAREIA. **História Eclesiástica**. São Paulo: Paulus, 2000.

GEISLER, Norman. **Teologia Sistemática**. Rio de Janeiro: CPAD, 2010.

GENTRY JR, Kenneth L. **O Apocalypse para leigos**. Brasília: Editora Monergismo, 2016.

GRANDE ENCICLOPÉDIA Delta Larousse. 4ª Edição. Rio de Janeiro. Delta S/A, 1973.

GREGÓRIO de Nissa. **A criação do homem; A alma e a Ressurreição; A grande catequese**. São Paulo. Paulus, 2011.

HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. São Paulo. Hagnos, 2001.

HORTON, Stanley M. **Apocalipse: as coisas que brevemente devem acontecer**. 10ª Edição. CPAD, 2016.

IRINEU de Lião. **Contra as heresias**. . São Paulo. Paulus, 1995.

JERÔNIMO, Santo. **Apologia contra os livros de Rufino**. São Paulo. Paulus, 2013.

JOSEFO, Flávio. **História dos Hebreus**. São Paulo. Editora das Américas S.A. 1963.

JUCKSCH, Alcides. **Apocalipse: em breve deve acontecer**. Curitiba, PR. Editora Evangélica Esperança, 2008.

JUSTINO DE ROMA. I e II Apologias; Diálogo em Trifão. São Paulo. Paulus, 1995.

KAISER JR, Walter C. **Pregando e ensinando a partir do Antigo Testamento: um guia para a igreja.** Rio de Janeiro. CPAD, 2016.

KEHL, Medard. **O que vem depois do fim?** São Paulo. Edições Loyola, 2001

KISTEMAKER, Simon. **Apocalipse: comentário do Novo Testamento.** 2ª Edição. São Paulo. Cultura Cristã, 2014.

LADD, George. **Apocalipse: Introdução e comentário.** São Paulo. Vida Nova, 2014.

LELOUP, Jean-Yves. **Apocalipse de João. Petrópolis, RJ.** Vozes, 2014.

LOPES, Hernandes Dias. **Apocalipse: o futuro chegou.** São Paulo. Hangos, 2005.

MANNUCCI, Valério. Bíblia palavra de Deus; curso de introdução à Sagrada Escritura. São Paulo. Paulus, 1985.

MCGRATH, Alister. **Teologia sistemática, histórica e filosófica: uma introdução a teologia cristã.** São Paulo. Shedd Publicações, 2005.

MESTERS, Carlos; OROFINO, Francisco. **Apocalipse de João.** 2ª ed. São Paulo. Fonte Editorial/Santuário, 2013.

MILER, Jonh W. **As origens da Bíblia: repensando a história canônica.** São Paulo. Edições Loyola, 2004.

MIRANDA, Neemias Carvalho. Apocalipse: comentário versículo por versículo. 2ª Edição. São Paulo. Santos, 2014.

MIRANDA, Valtair A. **O caminho do cordeiro: representação e construção de identidade no Apocalipse de João.** São Paulo: Paulus, 2011.

NOVACIANO. A Trindade, Escritos éticos, Cartas. . São Paulo. Paulos, 2017.

NOVO TESTAMENTO Interlinear, Grego-Português. São Paulo. Sociedade Bíblica do Brasil, 2004.

OLSON, N. Lawrence. **O Plano divino através dos séculos: estudo das dispensações.** 5ª Ed. Rio de Janeiro. CPAD, 1979.

ORÍGENES. **Tratado sobre os Princípios.** São Paulo. Paulus, 2012.

OSBORNE, Grant R. **Apocalipse: comentário exegetico.** São Paulo: Vida Nova, 2014.

PADRES Apologistas: Carta a Diogneto – Aristides de Atenas – Tarciano, o Sírio – Atenágoras de Atenas – Teófilo de Antioquia – Hérmiás, o filósofo. São Paulo. Paulos, 1995.

PADRES Apostólicos: Clemente Romano – Inácio de Antioqui – Policarpo de Esmirna – O pastor de hermas – Carta de Barnabé – Papias - Didaqué. São Paulo. Paulos, 1995.

POHL, Adolf. **Apocalipse de João 1: comentário esperança**. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2001.

ROSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens. 4ª Ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SANTOS, Pedro Paulo Alves dos Santos. **Apocalipse: do espírito da verdade ao espírito da profecia**. São Paulo: Editora Reflexão.

SÃO JOÃO CRISÓSTOMO. **Da incompreensibilidade de Deus; da providência de Deus; Cartas a Olímpia**. São Paulo: Paulus, 2007.

SCOTT, Benjamim. **As Catacumbas de Roma: O testemunho e o Martírio dos Primeiros Cristãos**. Rio de Janeiro. CPAD, 2018.

SHELLEY, Bruce L. **História do Cristianismo: uma obra completa e atual sobre a trajetória da Igreja Cristã desde as origens até o século XXI**. Rio de Janeiro. Thomas Nelson brasil, 2018.

SILVA, Severino Pedro da. **Apocalipse: versículo por versículo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. CPAD, 2016.

STRONG, Augustus Hopkins. **Teologia Sistemática**. 2ª Ed. São Paulo. Hagnos, 2007.

SUETÔNIO. **A vida dos Doze Césares**. São Paulo. Editora Martin Claret Ltda, 2002.

THIESSEN, Henry Clarence. **Palestra Introdutória à Teologia Sistemática**. São Paulo. Imprensa Batista Regular do Brasil, 1989.

TURNER, Donald D. **Exposição do Apocalipse**. São Paulo. Imprensa Batista Regular, 1991.

VALDEZ, Adylson. **O livro do Apocalipse: uma interpretação conforme a história e o simbolismo bíblico**. Fonte Editorial. São Paulo, 2009.

VLACH, Michael J. **Dispensacionalismo: crenças essenciais e mitos comuns**. Fortaleza. Editora Sylabus, 2011.